



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 2015 - 2019

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São
Paulo – IFSP
Câmpus Avançado Tupã

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Paulo Barone

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO
Eduardo Antônio Modena

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Wilson de Andrade Matos

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ
Marcos Roberto Leite da Silva

FOLHA DE APROVAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Antônio

Adriana

Helma Gonçalves

Marise Aparecida da Silva

Marcos J. Dantas

Setor Sociopedagógico
IFSP - Câmpus Tupã

Leandro Calixto T. de Albuquerque
Professor EBTT-SIAPE 2086393
IFSP Câmpus Avançado/Tupã

COMISSÃO LOCAL DO PPP– CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ

Portaria TUP.0028/2016, de 22 de agosto de 2016.

Portaria TUP.0051/2017, de 10 de novembro de 2017

Portaria TUP.0017/2018, de 06 de abril de 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº TUP.0028/2016, de 22 de agosto de 2016

Designa servidores para constituírem a
Comissão do Projeto Político Pedagógico
do Câmpus Avançado Tupã.

O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 3.093, de 4 de novembro de 2015, e considerando a Resolução IFSP nº 138, de 8 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão Local da Projeto Político Pedagógico (PPP)** do Câmpus Avançado Tupã:

Sociopedagógico	Cristiane Fernandes
	Selma de Fátima Vanderley
	Eduardo de Souza Palma Junior
Administração	Vanessa Romancene Pereira Gomes
Docente	Monclar Nogueira Christovão
	Nelson de Abreu
	Elvio Figueiredo
Discente	Enzo Youhei Yoshii
Sociedade civil	Luciana Ferreira Leal

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

CAIO MARCUS DIAS FLAUSINO

Publicado em

__/__/__



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº TUP.0051/2017, de 10 de novembro de 2017

Designa servidores para constituírem a
Comissão do Projeto Político Pedagógico
do Câmpus Avançado Tupã.

O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 3.814, de 16 de outubro de 2017, e considerando a Resolução IFSP nº 138, de 8 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

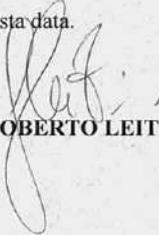
Art 1º DISPENSAR a servidora Cristiane Fernandes.

Art 2º DESIGNAR a servidora Marisa Aparecida da Silva.

Art 3º A **Comissão Local da Projeto Político Pedagógico (PPP) 2015 – 2019** do Câmpus Avançado Tupã passará a ter como membros os servidores abaixo relacionados:

Sociopedagógico	Marisa Aparecida da Silva
	Selma de Fátima Vanderley
	Eduardo de Souza Palma Junior
Administração	Vanessa Romancene Pereira Gomes
Docente	Monclar Nogueira Christovão
	Nelson de Abreu
	Elvio Figueiredo
Discente	Enzo Youhei Yoshii
Sociedade civil	Luciana Ferreira Leal

Art. 4º Esta portaria entra em vigor nesta data.


MARCOS ROBERTO LEITE DA SILVA

Publicado em

__/__/__



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº TUP.0017/2018, de 06 de abril de 2018

Altera servidores para constituírem a
Comissão do Projeto Político Pedagógico
do Câmpus Avançado Tupã.

O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 3.814, de 16 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art 1º DISPENSAR a servidora Vanessa Romancene Pereira Gomes.

Art 2º DESIGNAR a servidora Fernanda Cassaro.

Art 3º A **Comissão Local da Projeto Político Pedagógico (PPP) 2015 – 2019** do Câmpus Avançado Tupã passará a ter como membros os servidores abaixo relacionados:

Sociopedagógico	Marisa Aparecida da Silva
	Selma de Fátima Vanderley
	Eduardo de Souza Palma Junior
Administração	Fernanda Cassaro
Docente	Monclar Nogueira Christovão
	Nelson de Abreu
	Elvio Figueiredo
Discente	Maria Beatriz Pereira Gonçalves
	Vitória Caroline da Silva Emygdio
Sociedade civil	Enzo Youhei Yoshii

Art. 4º Esta portaria entra em vigor nesta data.


MARCOS ROBERTO LEITE DA SILVA

Publicado em
_ / _ / _

PERFIL DA COMISSÃO LOCAL DO PPP

Nome	Titulação	Vinculação
Marisa Aparecida da Silva	Licenciada: Ciências com Hab. Matemática, Bacharel em Pedagogia Especialista: Matemática Superior e Gestão Escolar Mestranda: Ensino.	Técnico-Administrativo em Educação/Pedagogo
Eduardo de Souza Palma Junior	Licenciado pleno em Geografia Especialista em Gestão Escolar, Graduando em Direito.	Técnico em Assuntos Educacionais
Selma de Fátima Vanderley	Bacharel em Serviço Social, Especialista em Gestão de Políticas Públicas, Mestre em Educação.	Assistente Social
Fernanda Cassaro	Bacharel em Biblioteconomia Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares.	Bibliotecário/Documentalista
Monclar Nogueira Christovão	Bacharel em Engenharia Elétrica, Licenciado em Matemática, Especialista em Automação e Controle Industrial e Engenharia de Segurança do Trabalho.	Professor EBTT / Eletrotécnica I
Élvio Figueiredo	Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, Mestrando em Materiais	Professor EBTT / Controle e Automação I
Nelson de Abreu	Graduado em Letras Português/Espanhol Mestre em Ciências e Práticas Educativas Doutor pelo processo Reconhecimento de Saberes e Competências	Professor EBTT / Letras, Português e Espanhol
Maria Beatriz Pereira Gonçalves	Discente: Técnico em Eletrotécnica	Representante discente curso técnico

Vitória Caroline da Silva Emygdio	Discente: Técnico em Eletrotécnica	Representante discente curso técnico
Vanessa Romancene Pereira Gomes	Bacharel em Administração	Administrador
Cristiane Fernandes	Licenciada em Pedagogia Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional Mestranda em Educação	Técnico-Administrativo em Educação/Pedagogo
Luciana Ferreira Leal	Graduada em Letras Mestre em Letras Doutora em Letras Pós-doutorado em Letras Secretária da Educação Municipal	Representante da Sociedade Civil
Enzo Youhei Yoshii	Discente: Técnico em Eletrônica	Representante da Sociedade Civil

SIGLAS E ABREVIações

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-SP	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
CINTEC	Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
CONCAN	Conselho de Câmpus
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciência sem Fronteiras
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DER	Departamento de Estradas de Rodagens
DGD	Diretoria de Graduação
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFSP	Escola Técnica Federal de São Paulo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIC	Formação Inicial e Continuada
GED	Gerência Educacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFs	Institutos Federais

IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSP-TUP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Avançado Tupã
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica do IFSP
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEF	Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Treinamento Especial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PIBIFSP	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico
PJT	Programa Jovens Talentos
PIPDE	Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos do IFSP

PIPECT	Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP
PIVICT	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica do IFSP
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político-pedagógico
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PRX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESu	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TUP	Tupã
UNED	Unidade Descentralizada de Ensino

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos e reconhecimento à comissão interna e a toda comunidade do IFSP Câmpus Avançado Tupã que com esforço e trabalho em equipe contribuíram direta ou indiretamente em todos os momentos para a construção deste Projeto Político Pedagógico.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

(Paulo Freire)

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	18
1 DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS.....	20
1.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO IFSP	20
1.1.1 A FUNÇÃO SOCIAL.....	29
1.1.2 OS OBJETIVOS E METAS.....	30
1.2 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	31
1.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES	34
1.3.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO	34
1.3.2 EDUCAÇÃO.....	36
1.3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	37
1.3.4 CONHECIMENTO	39
1.3.5 CURRÍCULO	43
1.3.6 PRÁTICA PEDAGÓGICA	45
2 DA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE.....	48
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ.....	48
2.2 HISTÓRICO DO CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ	48
2.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO.....	50
2.3 CURSOS OFERECIDOS.....	53
2.3.1 CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	54
2.3.2 TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	54
2.4 PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS.....	54
2.5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	54
2.5.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E EQUIPAMENTOS	54
2.5.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA	55
2.5.2.1 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	55
2.5.2.2 LABORATÓRIO DE SISTEMAS DIGITAIS	56
2.5.2.3 LABORATÓRIO DE. ELETROELETRÔNICA	58
2.5.2.4 LABORATÓRIO DE ELETROTÉCNICA I E II.....	60
2.5.2.5 BIBLIOTECA E ACERVO BIBLIOGRÁFICO	61
2.6 CONTEXTO ESCOLAR	61
2.7 RECURSOS HUMANOS	64
2.7.1 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	64

2.7.2	CORPO DOCENTE	65
2.7.3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFSP – CAMPUS AVANÇADO TUPÃ	67
3	PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS	68
3.1	CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	68
3.2	CONCEPÇÃO DE GESTÃO EDUCACIONAL	69
3.3	ENSINO	71
3.3.1	POLÍTICA DE ENSINO	74
3.3.2	A ATUAÇÃO NO ENSINO	76
3.3.3	O PROCESSO DE REVISÃO DAS OFERTAS EDUCACIONAIS.....	77
3.4	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	78
3.4.1	RESPEITO A DIVERSIDADE.....	79
3.4.2	ÉTICA, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	79
3.4.2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	79
3.4.2.2	DIREITOS HUMANOS	80
3.4.2.3	RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	80
3.4.2.4	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	81
3.5	DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA	81
3.5.1	O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO.....	81
3.5.1.1	O PLANEJAMENTO DO ENSINO	82
3.5.1.2	O PLANEJAMENTO DA AULA	82
3.5.2	A METODOLOGIA DE ENSINO.....	83
3.5.3	A AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	83
3.5.3.1	RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	85
3.5.4	OS PROJETOS INTEGRADORES	91
3.5.5	O ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	93
3.5.6	O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	93
3.5.7	AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	95
3.5.8	PERFIL ESPERADO DO DOCENTE	95
3.5.9	PERFIL ESPERADO DO DISCENTE	95
3.5.9.1	PERFIL DO DISCENTE INGRESSANTE	95
3.5.9.2	PERFIL DO DISCENTE EGRESSO	95
3.6	CONCEPÇÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO	96
3.6.1	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA E INOVAÇÃO	98
3.6.2	A PESQUISA E INOVAÇÃO COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO	98
3.6.3	TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	99
3.7	EXTENSÃO.....	100

3.7.1	CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO.....	100
3.7.2	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EXTENSÃO.....	101
3.7.3	A EXTENSÃO E A INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.	101
4	ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS	102
4.1	CARACTERÍSTICA DOS CURSOS OFERTADOS PELO IFSP	104
4.1.1	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	104
4.1.1.1	TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	105
4.1.1.2	TÉCNICO CONCOMITANTE / SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO.....	105
4.1.1.3	PROEJA (MÉDIO).....	106
4.1.2	GRADUAÇÃO	106
4.2	PERFIL DOS CURSOS OFERTADOS PELO CAMPUS AVANÇADO TUPÃ.....	107
4.2.1	TÉCNICO INTEGRADO	107
4.2.2	TÉCNICO CONCOMITANTE / SUBSEQUENTE.....	108
5	POLÍTICAS E AÇÕES	109
5.1	COORDENADORIA SOCIOPEDAGÓGICA	109
5.2	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	110
5.2.1	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSP	110
5.2.2	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAMPUS AVANÇADO TUPÃ.....	112
5.3	NAPNE - AÇÕES INCLUSIVAS	112
5.4	FORMAÇÃO CONTINUADA.....	112
5.5	POLÍTICAS E AÇÕES DA EXTENSÃO.....	113
5.5.1	CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO	113
5.5.2	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA EXTENSÃO.....	114
5.5.3	AÇÕES DE EXTENSÃO NO CAMPUS AVANÇADO TUPÃ.....	115
5.6	POLÍTICAS E AÇÕES DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	116
5.7	BOLSA DISCENTE	120
5.8	PRONATEC	121
5.9	ÓRGÃOS COLEGIADOS	121
5.9.1	CONSELHO DE CÂMPUS	121
5.9.2	COLEGIADOS DE CURSO	122
5.9.3	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	122
5.9.4	CONSELHO DE CLASSE	122
5.10	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA	123
5.11	MOVIMENTO ESTUDANTIL	124
5.12	BIBLIOTECA	125

5.13	CAPACITAÇÕES.....	126
5.14	COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO (CAE).....	128
6	DIAGNÓSTICO DE METAS E AÇÕES.....	130
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

APRESENTAÇÃO

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.
(GADOTTI, 1994, apud VEIGA, 2008, p.14)

Entendemos que a construção do Projeto Político-pedagógico – PPP – deve ser compreendida como um poderoso instrumento de gestão democrática e participativa, promovendo o espaço para a reflexão permanente e crítica a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional.

A medida que propomos a construção de um Projeto Político-pedagógico de maneira coletiva e participativa, permitimos resgatar o sentido de um planejamento com características mais humanas e libertadoras. Opõe-se, assim, à lógica do planejamento burocrático ou meramente estratégico, bastante difundido nas esferas mais conservadoras da educação e nas reformas neoliberais dos anos 1990. Situado nessa perspectiva emancipatória, o Projeto Político-pedagógico objetiva, sobretudo, promover mudanças nas concepções e nas práticas cotidianas, traçando diretrizes referenciadoras da caminhada educativa.

Nesta perspectiva, o IFSP – Câmpus Avançado Tupã, se compromete com uma educação gratuita e de qualidade pautados em valores democráticos na gestão educacional, bem como adere às formas de participação e de fortalecimento da autonomia expressas no movimento de construção de seu Projeto Político-pedagógico. Através desta compreensão, promove o diálogo, a discussão e a análise crítica, possibilitando assim, a integração das práticas educativas, a inter e multidisciplinaridade, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Mediante a necessidade decorrente do novo cenário estabelecido em 2009, imbricando na reestruturação e expansão da rede federal de ensino, que através da política governamental, criadora de uma nova institucionalidade para a rede federal de educação profissional, trouxe à tona, novos desafios políticos, filosóficos, sociais,

econômicos e pedagógicos. Diante disto, surgiu a necessidade eminente de revisar ou de (re)construir os documentos que regem a instituição, dentre eles o Projeto Político-pedagógico.

Em meio a este contexto de implantação de uma nova institucionalidade, instaura-se o processo coletivo e participativo de (re)construção do atual Projeto Político-pedagógico do IFSP. Processo que exigiu a (re)definição das finalidades, dos objetivos institucionais, das ofertas educacionais, das práticas pedagógicas e dos referenciais orientadores de todas as ações institucionais, provocando, fundamentalmente, uma imersão no universo da cultura institucional e das práticas pedagógicas com objetivo eminente de proporcionar unidade nas ações do Instituto.

Neste contexto, para a construção do Projeto Político-pedagógico do IFSP – Câmpus Avançado Tupã, optou-se em realizar este processo de forma democrática e com uma metodologia participativa, privilegiando o diálogo e o debate com todos os participantes dos diversos segmentos institucionais. Neste percurso, lançamos mão de diversas estratégias, reuniões gerais, reuniões de comissão, seminários, palestras e fóruns, envolvendo a participação de servidores, alunos e comunidade civil.

1 DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

1.1 O percurso histórico do IFSP

Conhecido por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, completa no ano de 2016, 107 anos de história.

No decorrer dessa trajetória, o IFSP teve outras denominações, sendo a primeira delas a de **Escola de Aprendizes Artífices**.

Através do Decreto número 7.566¹, de 23 de setembro de 1909, o então presidente do Brasil, Nilo Peçanha, determinou a criação de uma **Escola de Aprendizes Artífices** em cada uma das capitais dos estados brasileiros. Ao todo, foram instaladas dezenove delas, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e foram incumbidas de oferecer ensino profissional primário e gratuito.

Conforme as considerações desse Decreto, o aumento constante da população das cidades tornava necessário destinar aos “filhos desfavorecidos da fortuna o indispensável preparo técnico e intelectual e fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL. 1909).

Assim, conforme é destacado em seu artigo oitavo, em cada uma das Escolas de Aprendizes Artífices haveria dois cursos noturnos: um primário, obrigatório, para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar e o outro, de desenho, também obrigatório, para aqueles que precisavam dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprendessem.

Na cidade de São Paulo, a inauguração da unidade ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, sendo estabelecida provisoriamente na Avenida Tiradentes e, posteriormente, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, no bairro de Santa Cecília. Nesse início de funcionamento, foram ofertados os cursos de tornearia, eletricidade e mecânica, considerados incomuns se comparados ao que ministravam as demais escolas da época. Ao que tudo indica, deve-se isso ao crescimento da industrialização paulista e à concorrência com o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

¹Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=57829&tipoDocumento=DEC&tipoT exto=PUB>>.

No primeiro ano de atividade, estavam matriculados 135 alunos, sendo 95 deles frequentes. Até 1937, quando passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo, a Escola de Aprendizes Artífices teve quatro diretores, sendo o primeiro deles João Evangelista Silveira da Mota, que permaneceu no cargo por 22 anos, conforme destacado no PDI 2014-2018 (IFSP, 2014). Sob a gestão do Presidente da República, Getúlio Vargas, através do Decreto número 19.402², de 14 de novembro de 1930, criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que, com a Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, foi transformado no Ministério da Educação e Saúde. Também a partir dessa Lei, em seu artigo 37, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em **Liceus Industriais**, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Outra mudança trazida pela Lei número 378/1937³ foi a criação do Departamento Nacional de Educação, composto por oito divisões e responsáveis, respectivamente pelos ensinamentos: primário; industrial; comercial; doméstico; secundário; superior; de educação física e pela educação extraescolar, conforme disposto no artigo décimo.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Isso porque a Segunda Guerra Mundial dificultou não só a importação de produtos industrializados, como também a vinda da mão de obra especializada para as fábricas nacionais (ROMANELLI, 2000).

Em 30 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei número 4.073⁴, que, definida como a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino industrial. Este, conforme seu artigo primeiro, consistia no ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca. Assim, em consonância com seu artigo sexto, o ensino industrial passou a ser dividido em dois ciclos, sendo que o

²Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37285&tipoDocumentoDEC&tipoTexto=PUB>>.

³Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

⁴Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=38152&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>.

primeiro abrangia quatro ordens de ensino: ensino industrial básico; ensino de mestria; ensino artesanal; aprendizagem. O segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico.

O Decreto-Lei número 4.073/1942 previa, em seu artigo 3º, que o ensino industrial atenderia aos interesses:

- 1) do trabalhador, realizando a sua preparação profissional e a sua formação humana;
- 2) [...] das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra;
- 3) [...] da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura. (BRASIL, 1942)

Nesse ínterim, cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidades propiciar aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes proporcionassem aumento da eficiência e da produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados, bem como divulgar conhecimentos de atualidades técnicas, conforme artigo quarto do Decreto-Lei 4.073/1942.

Vale sublinhar, ainda, que esse mesmo Decreto-Lei permitia a articulação do ensino industrial com as outras modalidades de ensino, como destacado no item III, do artigo 18:

[...] é assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente. (BRASIL, 1942)

Com isso, interrompia-se o estigma de que o aluno, ao completar a educação profissional, não podia prosseguir nos estudos.

Também em 1942, o Decreto-Lei número 4.127⁵, de 25 de fevereiro, definiu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial.

⁵Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decretolei412725fevereiro1942414123publicac>

Faziam parte dessa rede as escolas técnicas, as industriais, as artesanais e as de aprendizagem. Em relação às duas primeiras, foram criadas onze delas, incluindo-se a **Escola Técnica de São Paulo**, com sede na capital do Estado de São Paulo.

As Escolas Técnicas, como descreve o parágrafo primeiro do artigo oitavo, tinham como objetivo oferecer

[...] os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestría, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial, expedido com o decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, e que forem compatíveis com as suas instalações. (BRASIL, 1942)

E que, conforme o parágrafo segundo deste mesmo artigo, para que pudessem funcionar, era preciso que “fossem construídas e montadas novas e próprias instalações”.

Ainda quanto à regulamentação do ensino técnico, o Decreto número 11.447⁶, de 23 de janeiro de 1943, fixou os limites da ação didática das escolas técnicas e das escolas industriais. Segundo esse Decreto, em seu artigo décimo, à Escola Técnica de São Paulo cumpria ministrar os seguintes cursos de formação profissional, no caso do ensino industrial básico e do ensino de mestría: fundição, serralheria, mecânica de máquinas, marcenaria e cerâmica. No que se refere ao ensino técnico, os cursos ofertados eram edificações, desenho técnico e decorações de interiores.

Outro ponto de destaque na história da Escola Técnica de São Paulo foi a publicação da Lei número 3.552⁷, de 16 de fevereiro de 1959, que refletiu as necessidades da política econômica em curso. Nesse ano, Juscelino Kubitschek estava na presidência da república, cujo governo ficou conhecido por incentivar o processo de industrialização do país, especialmente no que concerne ao setor automobilístico.

Com essa Lei, os estabelecimentos de ensino industrial, agora de responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, conforme descrito em seu

aoriginal1pe.html>.

⁶Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=9060&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

⁷Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=112416&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

artigo 16, passaram a ter personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Nesse ensejo, o artigo primeiro dessa Lei apresenta os objetivos das escolas de ensino industrial, a saber:

- a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos;
- b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio. (BRASIL, 1959)

Além disso, por meio da criação do Conselho dos Representantes e do Conselho dos Professores, a Lei número 3.552/1959 aumentou a participação dos servidores no andamento da política administrativa e pedagógica da instituição. O Conselho dos Representantes, encarregado da administração escolar, era composto por seis membros, provenientes da comunidade e sua seleção seria feita pelo Presidente da República mediante proposta elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, depois de ouvida a Diretoria do Ensino Industrial. Já o Conselho dos Professores consistia em um órgão de direção didático-pedagógica, cujo presidente era o Diretor da Escola.

Em 20 de agosto de 1965, o então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei número 4.759⁸, que transformou a Escola Técnica de São Paulo em **Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP)**, conforme descrito no seu artigo primeiro: “As Universidades e as Escolas Técnicas da União, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado”.

Outra alteração significativa no ensino profissionalizante foi propiciada pela Lei número 5.692⁹, de 11 de agosto de 1971, ano em que Emílio Médici exercia a presidência da república. Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ela regulamentou o ensino de 1º e 2º graus, os quais correspondiam, respectivamente, ao ensino primário e ao ensino médio.

⁸Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115901&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

⁹Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102368&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>.

O ensino de 1º grau durava oito anos e destinava-se à formação da criança e do pré-adolescente. Já o ensino de 2º grau tinha como propósito a formação integral do adolescente e teria três ou quatro anos de duração, conforme previsto para cada habilitação.

Como explica Romanelli (2000, p.238),

[...] o ensino de 1º grau, além da formação geral, passa a proporcionar a sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho. E o ensino de 2º grau passa a constituir-se, indiscriminadamente, de um ensino cujo objetivo primordial é a habilitação profissional.

Ainda de acordo com essa autora, um dos princípios que caracterizaram a Lei número 5.692/1971 foi o da terminalidade, ou seja, cada nível de ensino capacitava o aluno para o exercício de uma atividade, o que antecipava o ingresso dele no mundo do trabalho.

Em suma, ao tornar compulsória a profissionalização do ensino de 2º grau, o governo tinha duas metas: uma delas era formar mão-de-obra qualificada sob o regime de urgência, necessidade trazida por um período de crescimento do país conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1969-1973). A outra foi diminuir a pressão por vagas nas universidades, consequência da busca cada vez maior dos jovens provenientes das classes populares por níveis mais elevados de escolarização (CAMARGO; VILELLA, 2010).

No que diz respeito à Escola Técnica Federal de São Paulo, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (IFSP, 2014).

Outro momento importante para a ETFSP ocorreu em 23 de setembro de 1976, quando se mudou da Rua General Júlio Marcondes Salgado para a Rua Pedro Vicente, no bairro do Canindé, onde hoje estão sediados tanto o Câmpus São Paulo quanto a Reitoria do Instituto Federal de São Paulo.

O ano de 1986 também foi marcante para a Instituição, já que, pela primeira vez, o seu diretor seria escolhido, de forma direta, por professores, técnicos-administrativos e alunos. Eleito por 130 votos, Antônio Soares Cervila concretizou uma

antiga reivindicação da comunidade escolar, o que se tornou possível por iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo (ASSETEFESP).

Durante a gestão de Cervila foi criada, em Cubatão, a primeira Unidade Descentralizada de Ensino (UNED) do país. A segunda UNED começou a funcionar em 1996, na cidade de Sertãozinho, quando estava na direção da ETFSP, Francisco Gayego Filho (IFSP, 2014).

As UNEDs, surgidas no governo do então presidente José Sarney, com o objetivo de expandir a Rede Federal de Ensino Profissional, vincularam-se às estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais (CAMARGO; VILELLA, 2010).

De 2006 a 2008, foram implantadas UNEDs em mais sete cidades do Estado de São Paulo, sendo elas, respectivamente, Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba, São João da Boa Vista, São Roque e São Carlos.

Em 1994, a Lei número 8.948¹⁰, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em **Centros Federais de Educação Tecnológica** (CEFETs). A ETFSP passou a ser oficialmente denominada de CEFET-SP a partir de um Decreto, sem número, de 18 de janeiro de 1999, quando Fernando Henrique Cardoso estava em seu segundo mandato como presidente da república.

Antes disso, no entanto, a publicação do Decreto número 2.208, de 17 de abril de 1997, resultou na extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, conforme consta no artigo quinto: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”. Esse ato, no entanto, foi revogado pelo Decreto número 5.154, de 23 de julho de 2004, que voltou a permitir que a educação profissional técnica de nível médio fosse desenvolvida de forma articulada com o ensino médio.

Outro avanço para o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo ocorreu com o Decreto número 5.224, de 01 de outubro de 2004 com a autorização para “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica”, conforme descrito item V do artigo quarto.

¹⁰Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>.

Durante o seu segundo mandato presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei número 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação. Fazem parte desta Rede, os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas ligadas às universidades federais. Com exceção das Escolas Técnicas, as demais instituições listadas “possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”, conforme o artigo primeiro dessa Lei.

Os Institutos Federais, inicialmente criados num total de 38 unidades, são definidos, conforme artigo segundo de sua lei instituinte, como

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL. 2008).

A presente Lei ainda equipara os Institutos Federais às Universidades Federais no que tange à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação superior.

Os Institutos Federais, além disso, conforme destacado no parágrafo terceiro do segundo artigo, têm

[...] autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica [...] (BRASIL, 2008).

No que diz respeito à sua estrutura organizacional, os Institutos Federais passaram a ter como órgãos superiores da administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos presididos pelo Reitor do Instituto. O primeiro possui caráter consultivo e é composto pelo Reitor, pelos Pró-reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos câmpus que integram o Instituto Federal. O Conselho Superior, por sua

vez, tem caráter consultivo e deliberativo, e é formado por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, garantindo-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

Já no papel de órgão executivo dos Institutos está a Reitoria, cujos membros são o Reitor e cinco Pró-reitores. O Reitor é eleito pela comunidade local (docentes, técnicos administrativos e discentes) e nomeados pelo Presidente da República para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do Instituto. Nesse processo eleitoral, é atribuído o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para os servidores técnico-administrativos e 1/3 (um terço) para o corpo discente.

No caso do IFSP, o Professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges foi nomeado para o cargo de Reitor na condição *pro tempore* e, em abril de 2013, tomou posse o Professor Eduardo Antônio Modena, o primeiro Reitor do IFSP eleito através da participação da comunidade.

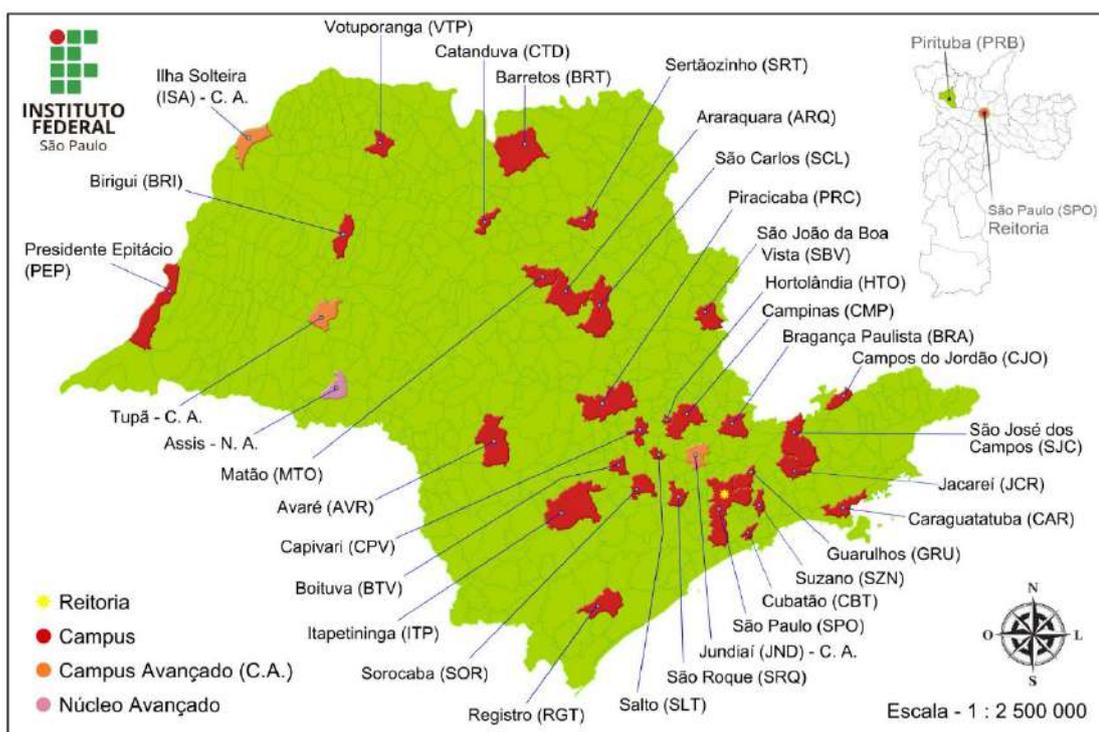
Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de oferecer cursos técnicos, nas modalidades integrada ao Ensino Médio e concomitante e/ou subsequente ao Ensino Médio, cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), investe na realização de pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão.

Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Atualmente, o IFSP conta com 42 unidades distribuídas pelo Estado de São Paulo, entre câmpus, câmpus avançado e um núcleo avançado, como pode ser observado no mapa a seguir.

Figura 1 - Mapa dos câmpus do IFSP

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Mapa dos Câmpus - 2016



Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Arte Final: Vitor Hugo de Rosa. Softwares: Philcarto / Inkscape
Fonte: SIMEC/IBGE/PRE, fevereiro 2016.

1.1.1 A função social

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP - historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante.

Continuamente, a sua identidade vem sendo constituída e construída a partir de referenciais ético, políticos, científicos e tecnológicos presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Estes refletem a opção do Instituto em abarcar diversas demandas da sociedade e, acompanhando os processos de transformação nos mundos do ensino e do trabalho, com perspectivas de diminuição das desigualdades

sociais no Brasil, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento.

Assim, o IFSP atua como instituição educativa na perspectiva da educação profissional e tecnológica que, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, protagoniza um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

1.1.2 Os objetivos e metas

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo as tecnologias a ele relacionadas. Compreende-se que, para isso, seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão dessa relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e o desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseiam-se a concepção do trabalho como princípio educativo, o que não significa apenas aprender fazendo, nem é sinônimo de formar tão somente para o exercício do trabalho.

Entender o trabalho como princípio educativo coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade numa ação produtiva. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos, históricos, culturais e sociais da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida economicamente ativa e cidadã.

Conforme Pacheco (2011), os Institutos Federais apresentam, como principais metas:

- 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade;
- 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país;

3) formar, por meio de uma educação crítica e reflexiva, cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o mercado de trabalho.

1.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição Federal de 1988 se apresentou como um marco da qual decorreram profundas mudanças e possibilidades de avanços ao Brasil. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporaram avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades, conforme seu artigo 207.

Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear conceitos vinculado a ensino, pesquisa e extensão, visando nortear a prática acadêmica no interior do IFSP.

O **Ensino** é compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e se educar.

A educação, parte de um processo que constitui a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e de suas respectivas mudanças, o que encaminha a estruturação de novos modelos.

A **Pesquisa** é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG *apud* LAKATOS; MARCONI, 2003). A Pesquisa,

portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A **Extensão**, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e a externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de Extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que devem ser apropriados pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que Ensino, Pesquisa e Extensão devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as condições de vida material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas adotadas e as ações institucionais, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Em 2008, os Institutos Federais foram criados, conforme a Lei 11.892, com a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar que também os caracterizou como instituições de pesquisa tecnológica e de extensão, conforme os incisos VII e VIII de seu artigo sexto. Assim, o mesmo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecido pelo parágrafo segundo do artigo 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Tendo em vista que as instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utiliza-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos, conforme apontado no Forgrad (2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar. Aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político-pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (REIS, 2013).

Em suma, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, quando indissociadas e bem articuladas, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

1.3 Princípios norteadores

Com base na lei de criação dos Institutos Federais (Lei número 11.892/2008), assim como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) encontra-se nestes documentos norteadores das ações e princípios do Instituto Federal de São Paulo, os quais destacamos abaixo algumas dessas concepções.

1.3.1 Desenvolvimento humano

O IFSP objetiva levar em conta o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Uma vez que esse desenvolvimento não necessariamente ocorre de forma linear e progressiva, ele deve ser compreendido como uma construção humana, social, coletiva e comunitária, firmando-se como a meta orientadora de toda a reflexão e de toda a atividade de construção de cursos, projetos, pesquisas e atividades congêneres em âmbito institucional. Sendo assim, pode-se dizer que a atuação do IFSP no contexto educacional e político brasileiro parte da premissa de que vivemos em uma sociedade desigual e que caminha, mesmo que a passos lentos, no sentido de minimizar tais diferenças.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado no artigo segundo da Lei 11.892/2008, objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento”. Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios, assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. O IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente

humanos perpassa diretamente por uma ação educativa. Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

Nossa instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. O conceito considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades relacionando-o diretamente com mudança para a qualidade¹¹.

É preciso propor, assim, uma atuação institucional comprometida com a superação dos grandes entraves que inviabilizam o pleno desenvolvimento humano de nossos cidadãos e de nossa sociedade, dado que esse desenvolvimento está diretamente ligado com a justiça social, com a democracia, com o trabalho e com a cultura, com o lazer e com a possibilidade de avançar cada vez mais enquanto instituição e enquanto sociedade. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e

¹¹Tal como consta no portal do PNUD:

“o conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo PNUD”.

Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>. Acesso em 16/10/2015

tecnologia. Ao fim de seus processos de formação, os estudantes terão não apenas se profissionalizado, mas terão se tornado mais conscientes de seu próprio lugar no tempo e na história, tendo se tornado capazes de intervir na construção de seu mundo, de modo criativo e rico do ponto de vista de todas as suas possibilidades.

1.3.2 Educação

Na sociedade atual, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreendemos a **educação** como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação, com isso, é fator importante e indispensável no processo de transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Freire (2014) identifica na natureza do ser humano, um núcleo fundamental em que propõe que se sustente o processo de educação: seu inacabamento ou sua inconclusão. Sabendo-se inacabado, o homem educa-se e não se educa sozinho, educa-se em comunhão. Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados.

No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se

encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

1.3.3 Educação Profissional e Tecnológica

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 19)

Nosso objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, isso só se torna possível na medida que o processo educativo contribua com a construção de cidadãos através de novos saberes. Ora se o que se busca é a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos” (PACHECO, 2011, p.15).

A formação destes sujeitos implica em assumir que a escola constitui historicamente uma das formas de reprodução da divisão do trabalho através dos instrumentos materiais elaborados para a construção do conhecimento. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1990, com a reestruturação das forças produtivas, ligadas ao modelo econômico toyotista, repercutiram na apropriação pela escola de modelos pedagógicos voltados às competências,

respondendo aos princípios da flexibilidade para o atendimento das demandas do mundo do trabalho.

A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência. (BRASIL. MEC. SETEC, 2010, p.22)

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Desta forma, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. “Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias” (IFSP, 2014, p. 41).

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e sistematização do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e

compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

Além do mais, a educação profissionalizante do IFSP nutre-se da certeza reconfortante de Paulo Freire, que vê falsidade no dilema entre humanismo e técnica. Para ele, a educação que se opõe à capacitação técnica é tão ineficiente quanto aquela que nega a formação geral humanista, limitando-se ao desenvolvimento das competências técnicas (GADOTTI, 2004).

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.

Neste cenário, faz-se necessário afirmar que o IFSP opta por uma pedagogia emancipatória, capaz de refletir as contradições entre o modo de produção hegemônico, onde as demandas do capital são dominantes e se reproduzem na prática pedagógica fragmentada. Portanto, a escola deve favorecer a construção de estratégias de inclusão, nos diversos níveis e modalidades de educação, que permitam a formação de identidades autônomas e contextualizadas.

Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

1.3.4 Conhecimento

Paulo Freire afirma que o conhecimento não se dá em um processo mecânico e desconectado, mas “se constitui nas relações homem-mundo e nas relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 1992, p.36).

Assim, a aquisição do conhecimento não ocorre pela mera transferência, mas pela construção dos saberes no desejo de avançar, numa busca constante de dominar o desconhecido, inventando e reinventando a realidade.

Em acordo com o pensamento freireano, Mário Sérgio Cortella relaciona conhecimento e educação como complementares, onde

[...] o bem de produção imprescindível para a nossa existência é o conhecimento, dado que ele, por se constituir em entendimento, averiguação e interpretação sobre a realidade, é o que nos guia como ferramenta central para nela intervir; ao seu lado coloca a Educação (em suas múltiplas formas), que é o veículo que o transporta para ser produzido e reproduzido. (CORTELLA, 2008, p.39).

Para construção do conhecimento no século XXI, nossos desafios emergem para educação e as relações sociais tornaram essenciais para contemporaneidade. Sendo o ser humano compreendido como ser sócio-histórico, “produto de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação” (IFSP, 2014, p.143), essa construção e transformação ocorre por meio da libertação do homem, que constrói sua autonomia e vai além de sua capacidade de sobrevivência econômica, atuando com criticidade e se posicionando diante do estabelecido socialmente.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia, cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL/MEC/SETEC, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados

socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade da qual precisa apropriar-se para poder transformá-la.

A transformação da ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o tecnológico, que significa um conhecimento produtivo, articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

Como apontado por alguns autores, a tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da técnica.

Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social. (IFSP, 2014, p.148)

A difusão da tecnologia no país vem ganhando profusão regional, o que leva aos rearranjos produtivos locais, caracterizando cada realidade a tipos de inovação tecnológica.

O Estado de São Paulo, no contexto nacional, destaca-se na esfera econômica, sendo considerado o estado mais desenvolvido, com o maior PIB, porém com alta desigualdade social. É também reconhecido como polo industrial e de oportunidade de melhor formação com a presença das consideradas melhores universidades do

país. Assim, a educação profissional, pautada em instrumentalizar o trabalhador para esses novos desafios produtivos, é papel do Estado.

Nesse cenário, o IFSP contribui para o cumprimento desse papel. Como afirma Pacheco (2011, p.8)

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante, temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado ou descontextualizado.

Nesse sentido o IFSP, em seu PDI, afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar “na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.158).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A educação nesse viés vincula-se a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL/MEC/SETEC, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura.

No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado a formação plena do educando.

1.3.5 Currículo

[...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas. (PACHECO, 2001, p. 20).

O indivíduo é reconhecido como principal ator de sua própria aprendizagem, pois entende-se que os saberes e conhecimentos não se esgotam em si mesmos, mas adquirem significado mediante sua utilização em situações-problemas apresentadas no cotidiano de sua vida, tornando imprescindível o planejamento e a construção desses saberes a partir da realidade dos alunos. Essa concepção do processo ensino e aprendizagem irá refletir-se numa proposta curricular que promova a formação integral e crítica do indivíduo-cidadão, baseada em princípios éticos e de respeito às diversidades.

Diante da intenção de se construir um currículo consistente, baseado na interação entre conhecimentos específicos e o eixo de formação prática, promove-se o espaço necessário para que as convergências e semelhanças, diversidades e particularidades possam se dialogar, resultando no apontamento com maior precisão de qual é o papel, função e significado de cada componente curricular.

O foco central quando refletimos sobre currículo é buscar a orientação de uma ação educativa de forma ampla e integrada, o que vai muito além de listas de conteúdo, somatórias de cargas horárias e matrizes curriculares, envolvendo acima de tudo e preponderantemente uma perspectiva social e política, na qual o valor maior está no que se vai ensinar e quais as finalidades deste ensino para quem o vai receber.

Nesse sentido, a indagação sobre o que selecionar como elemento constituinte de um currículo deve ser necessariamente antecedida por “o que os educandos devem se tornar? ”

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio

integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dos Institutos. A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc.

A verticalização, por sua vez, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e se transformem em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará a traduzir um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho. Assim, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica.

O fazer pedagógico nos Institutos Federais, ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo a ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu país.

Por consequência, alçar uma proposta de educação profissional pautada no compromisso com a formação humana integral e focada na apreensão conjunta dos conhecimentos científicos, tecnológicos, histórico-sociais e culturais exige o estabelecimento de princípios e de pressupostos teóricos que serão norteadores desse processo profícuo de construção coletiva.

1.3.6 Prática pedagógica

Desempenhando papel fundamental na concretização da proposta de verticalização do ensino, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Neste contexto as práticas pedagógicas, entendidas como conjunto de ações do professor no espaço de sala de aula constroem-se no IFSP a partir da tensão entre o

rotineiro e mecânico e a premência da reflexão e inventividade perante as exigências educacionais heterogêneas e, por vezes, contraditórias, advindas de um projeto ainda em constituição.

Partindo do princípio da autonomia e da gestão democrática, que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e a participação. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade.

Ao promover a socialização de cidadãos conscientes de suas singularidades e acima de tudo, cientes dos aspectos humanos comuns que os unem, o IFSP deve prover uma educação emancipadora, tanto aos discentes como aos servidores. Para tanto, a própria formação continuada, inerente aos docentes, requer a incorporação por estes de práticas pedagógicas que aprofundem a temática da formação cultural da sociedade brasileira.

O docente necessita superar o senso comum ao interagir com diferentes grupos culturais, entrando de certa forma no mundo do “outro”, reconhecendo a diferença que permita construir a igualdade, na busca da sociedade democrática.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

Para a construção da autonomia intelectual do educando, o ensino pode e deve ser potencializado pela pesquisa, orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores. Nesse

sentido, a pesquisa como princípio pedagógico instiga a curiosidade do estudante em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude.

Essa atitude de inquietação diante da realidade, potencializada pela pesquisa, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas na esfera mais formal, seja na forma aplicada, seja na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outros processos de trabalho, em um movimento autônomo de (re) construção de conhecimentos.

No processo de ensino, entendemos que se deve priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento.

Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

2 DA CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1 Identificação do Câmpus Avançado Tupã

IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Avançado Tupã

SIGLA: IFSP (TUP)

CNPJ: _____

ENDEREÇO: Avenida do Universitário, 145, Jardim Ipiranga, Tupã/SP

CEP: 17607-220

TELEFONES (14) 3404-3551; (14) 98218-0045

FACÍMILE: _____

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://tup.ifsp.edu.br/>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: adm.tup@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: _____

GESTÃO: 26439

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016, publicada no D.O.U. de 10 de maio de 2016.

2.2 Histórico do Câmpus Avançado Tupã

BREVE HISTÓRICO

Em 2014, iniciaram-se as tratativas entre IFSP e a Prefeitura de Tupã para a instalação do Instituto na cidade. Em outubro, o Ministério da Educação, através do coordenador de Planejamento e Gestão da Rede Federal, Nilton Cometti, aprovou o projeto de instalação de um câmpus avançado.

Em 25 de junho de 2014, representantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) estiveram no Auditório do Centro de Educação Integrada (CEI) para audiência de apresentação do Instituto e sua organização, para os preparativos da pré-audiência e da audiência pública e para conhecerem as instalações da escola.

Em 16 de dezembro de 2014, na Câmara Municipal de Tupã, foi formalizada a doação do prédio do Centro de Educação Integrada (CEI) com a assinatura do termo

pelo prefeito Manoel Gaspar e o diretor de Infraestrutura e Expansão, Silmário Santos e com a lavratura da escritura de doação.

Com uma área total edificada de 9.165,62 m², o câmpus é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 7 blocos de edifícios: 50 salas, 1 biblioteca, refeitório com cozinha, 13 sanitários adaptados, 1 ginásio poliesportivo, 1 complexo aquático com 2 piscinas aquecidas.

Para definir o primeiro eixo tecnológico norteador do Câmpus Tupã, em 24 de fevereiro de 2015, foi realizada a primeira audiência, que teve como objetivo a apresentação dos eixos e os cursos do catálogo nacional de cursos técnicos, bem como da estrutura e funcionamento do Instituto Federal. O público teve oportunidade de participar com questionamentos e sugestões. Ainda no início de fevereiro de 2015 foi nomeado o Diretor-geral do Câmpus Avançado Tupã, professor Caio Marcus Dias Flausino.

As atividades didáticas se iniciaram com a oferta do curso de extensão Inclusão Digital: Informática Básica e Internet e Atendimento ao Cliente tendo como total de concluintes 55 alunos. Em outubro de 2015, foi ofertada mais uma edição do curso Inclusão Digital: Informática Básica e Internet, com 26 alunos concluintes.

Uma segunda audiência pública ocorreu em 6 de outubro de 2015. Dados demográficos e socioeconômicos, reuniões com empresários e pesquisas online foram usados como base para levantamento de potenciais eixos para Tupã e região.

No dia 28 de outubro de 2015, o resultado final foi apresentado com a definição do primeiro eixo: Controle e Processos Industriais. O curso escolhido foi o de Técnico em Eletrônica, e como segunda opção Técnico em Eletrotécnica. O curso de Técnico em Eletrotécnica, na forma integrada, será ofertado na modalidade presencial.

A partir de março de 2016 foram ofertados os cursos de extensão: Informática Básica Windows e Internet, Técnicas de Vendas, Instalações Elétricas Residenciais, Atitude Empreendedora, Atendimento ao Cliente, Instalações elétricas residenciais, Informática básica Pacote Escritório, Preparatório para o ENEM e vestibulares, Assistente administrativo, Libras básico, Libras para docentes, Teatro: Jogos dramáticos, Auto CAD básico e Inglês.

Em abril de 2017, através de um processo eleitoral, foi nomeado como diretor geral o Professor Marcos Roberto Leite da Silva.

Ainda em 2017 deu-se início à primeira turma do curso Técnico em Eletrônica integrado ao Ensino Médio e Técnico em Eletrotécnica integrado ao Ensino Médio. Foram ofertadas 80 vagas para o primeiro ano do ensino médio. Os cursos de extensão oferecidos foram: Algoritmos, Programação Java E Mysql, Assistente Administrativo, Atividades Esportivas, Autocad - Módulo Básico 2d, Desenho Artístico, Espanhol Para Turismo I, Experimentação no Ensino de Química, Formação de Professores em Ciências Humanas, Informática Básica, Pacote de Escritório, Informática Básica, Windows e Internet, Inglês - Nível Básico I, Inglês Básico - Módulo II, Instalações Elétricas Residenciais, Instalador de Condicionador de Ar tipo Split; Japonês Básico, Japonês Intermediário, Libras I, Libras Intermediário, Preparatório para o Enem e Exames Vestibulares e Teatro: Jogos Dramáticos.

Em 2018 80 novas vagas foram ofertadas para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. No corrente ano, o Campus Avançado Tupã ofertou diversos cursos de Extensão, alguns ainda em andamento: Assistente Administrativo, Desenho Artístico, Desenho Artístico Módulo 2, Espanhol Para Turismo II, Experimentação no Ensino de Química, Instalações Elétricas Residenciais, Libras I, Preparatório para o Enem e Exames Vestibulares Intensivo, Teatro: Jogos Dramáticos e Introdução à matemática do ensino médio.

2.2.1 Caracterização da região

A cidade de Tupã (oficialmente, Estância Turística de Tupã, desde 2002), está situada no interior do estado de São Paulo, a oeste-noroeste da capital do estado, a uma distância de 532 km por via rodoviária e às margens da rodovia SP-294, a 70 km de Marília.

Figura 1 – Município de Tupã



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹²

Faz parte da Nova Alta Paulista, região situada entre os rios Aguapeí e do Peixe, por onde passava o traçado do Tronco Oeste da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A Nova Alta Paulista é uma região formada por trinta municípios que se juntaram para criar a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP, em 20 de julho de 1977.

Figura 2 – Municípios da Nova Alta Paulista



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹³

A Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, divide o estado de São Paulo em 40 regiões, denominadas de Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR). O EDR de Tupã, localizado na região oeste do estado de São Paulo, é formado por 14 municípios: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Lucélia, Oswaldo Cruz, Parapuã, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão e Tupã.

¹²Informação retirada do sítio eletrônico do IBGE:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355500&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

¹³Informação retirada do sítio eletrônico do IBGE:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355500&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

Segundo dados do IBGE, o município ocupa uma área de 627,986 km. Sua população estimada em 2016 é de 65.705 habitantes, dos quais 96% residem em área urbana. É o segundo mais populoso de sua microrregião e possui IDHM¹⁴ de 0,771, de acordo com o ranking da ONU¹⁵ (o Brasil possui o índice 0,727). O município é conhecido informalmente como a "Capital Nacional da Fotografia", por possuir diversas empresas e indústria no ramo da fotografia e possui o título de polo estadual da fotografia, pela Lei Estadual nº 12.044, de 21 de setembro de 2005.

Tupã faz parte da Região Administrativa (RA) de Marília, localizada na porção centro-oeste do Estado de São Paulo, área pertencente à Microrregião da Alta Paulista e à 7ª Região Administrativa, segundo a definição adotada pelo IBGE¹⁶. A RA de Marília ao todo é composta por 51 municípios distribuídos em quatro Regiões de Governo (RG): Assis, Marília, Ourinhos e Tupã.

O Produto Interno Bruto - PIB de Tupã está em 133º lugar no ranking estadual, e 408º no nacional, destacando-se na área de serviços (63,7%), seguido pelo setor industrial (21,3%). Em 2012, o município possuía R\$ 1.337.760,00 de Produto Interno Bruto e o PIB *per capita* de R\$ 21.067,00 (DATASUS, 2012).

A faixa etária da população é composta por 17,40% de habitantes com menos de 14 anos, 69,10% com idade entre 15 e 59 anos e 13,5% com 60 anos ou mais (IBGE,2013).

A atividade econômica predominante no município é de serviços e comércio, com 10.622 postos de trabalho, seguido do setor industrial, com 380 estabelecimentos (a indústria tupãense empregou, em 2013, 2.422 pessoas). Destacam-se a indústria de transformação de alimentos (carne, leite, amendoim, soja, milho, ração), a indústria de calçados infantis, de malas de viagem, implementos agrícolas, de móveis e produtos químicos. Na indústria de transformação regional prepondera a agroindústria, sendo que Tupã representava em 2008, 5,19% do total regional de produtos alimentícios, e 17,88% do setor de fabricação de móveis (RAIS/ESTADO, 2008).

¹⁴O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

¹⁵Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013)

¹⁶O Estado de São Paulo é dividido em 15 mesorregiões ou Regiões Administrativas, subdivididas em microrregiões ou as chamadas Regiões de Governo. Essa divisão foi criada pelo IBGE para fins estatísticos.

A prestação de serviços para indústria gerou apenas 121 postos de trabalho, mas foi o setor que melhor remunerou, apresentando média salarial de R\$ 3.000,00 (RAIS/MTE, 2013). Tupã possui 3 polos industriais e um quarto polo em desenvolvimento.

O município possui mais de mil propriedades rurais, em sua maioria culturas de amendoim, milho, mandioca, seringueira, eucalipto, café. Houve um grande avanço da cultura de cana-de-açúcar, por conta da instalação de usinas de açúcar e etanol em municípios da região. Possui também um silo horizontal com capacidade estática de 20 mil toneladas e um graneleiro para mais de 40 mil toneladas¹⁷.

Inserido em uma das áreas menos dinâmicas do Estado, Tupã foi classificado no Grupo 418, do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social): com baixos níveis de desenvolvimento econômico (riqueza) e em transição social (longevidade e educação). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Tupã, em 2013, foi de 619, sendo que o índice nacional ficou em 5,2 e o estadual em 5,7.

2.3 Cursos oferecidos

Os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e Superiores fornecem subsídios importantes para a elaboração e oferta de cursos. Estes catálogos são documentos que resultam da participação de especialistas e pesquisadores, instituições de ensino, entidades de representação corporativa, dentre outros, conferindo legitimidade e confiabilidade ao resultado disponibilizado à sociedade brasileira.

A adoção da nomenclatura, a carga horária e o perfil descritivo, apresentados nos catálogos, possibilitam à instituição de ensino qualificar a oferta de seus cursos, e ao estudante uma maior aceitação no mercado de trabalho.

Considerando uma área de abrangência com raio de 65 quilômetros, além de Tupã, o campus engloba os municípios de Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão.

¹⁷Informação retirada do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Tupã:

<http://www.camaratupa.sp.gov.br/Municipio/Page.aspx?tipo=dados>

¹⁸IPRS - Informação disponível no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php>

¹⁹IDEB – Informação disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/2383-tupa/ideb>

O Instituto Federal de São Paulo oferta educação profissional gratuita e de nível tecnológico e tem como objetivo atender às necessidades de capacitação e formação profissional da população dos municípios mencionados.

2.3.1 Cursos técnicos de nível médio

O primeiro curso ofertado pelo Câmpus Avançado Tupã foi definido através de pesquisas, estudos e consulta pública: Técnico em eletrônica, na forma subsequente e na forma articulada concomitante.

Foram ofertadas 40 vagas por turma, no período noturno. A primeira turma teve início em julho de 2016 e a segunda em julho de 2017.

2.3.2 Técnico integrado ao ensino médio

Em 2017 deu-se início aos cursos de Técnico em Eletrônica e Técnico em Eletrotécnica, na forma integrada ao Ensino Médio.

Foram ofertadas 80 vagas em 2017 e 80 vagas em 2018.

2.4 Programação de abertura de cursos

Está prevista a abertura dos seguintes cursos, já protocolados no Ministério da Educação e Cultura (MEC): Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema (ADS), Licenciaturas em Ciências e em Computação e Engenharias Elétrica e da Computação.

2.5 Infraestrutura física e instalações acadêmicas

2.5.1 Infraestrutura física e equipamentos

Setor	Ocupado em 2016	Área total
Auditório	1	188,80 m ²
Biblioteca	1	188,47 m ²

Sala da direção	1	29,44 m ²
Sala de administração / GAD	1	29,44 m ²
Sala da CAE e coordenadores de curso	1	35,25 m ²
Sala do Setor sociopedagógico	1	20,25 m ²
Sala do Setor de TI	1	15,00 m ²
Sala da CRE	1	40,00 m ²
Sala do almoxarifado	2	26,34 m ²
Laboratório de Informática	1	67,07 m ²
Laboratório de Sistemas digitais e Informática	1	67,07 m ²
Laboratório de Automação	1	67,07 m ²
Laboratório de Eletrotécnica I	1	67,07 m ²
Laboratório de Eletrotécnica II	1	73,46 m ²
Salas de aula (A101 a A103 e B106)	4	229,03 m ²
Sala dos professores	1	50,89 m ²
Copa dos servidores	1	15,67 m ²
Refeitório	1	332,50 m ²
Ginásio com quadra poliesportiva	1	1.344,60 m ²
Complexo aquático com 2 piscinas	1	950,00 m ²

Equipamentos	Quantidade 2016
Projetores	4
Tela de projeção móvel	2
Notebooks HP	6

2.5.2 Infraestrutura Acadêmica

2.5.2.1 Laboratório de Informática

EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
--------------------	----------------------	-------------------

Microcomputador e periféricos	HP Desktop 6305 Pro	22
Monitor	HP 22 Polegadas	22
Estações de trabalho	Estações de trabalho do tipo baia	22
Cadeiras	Cadeiras	25
Mesa	Mesa de apoio ao professor	1
Lousa	Quadro branco	1
Ar-condicionado	Ar-condicionado de 18000 Btu	2

2.5.2.2 Laboratório de Sistemas Digitais

Item		Situação e previsão			Total em 2018
		2016	2017	2018	
Equipamento	Especificação	2016	2017	2018	
Microcomputador e periféricos	HP Desktop 6305 Pro	10	0	0	10
Monitor	HP 22 polegadas	10	0	0	10
No break	No break 1200VA Bivolt	0	3	0	3
Osciloscópio digital	Osciloscópio digital com dois canais, comunicação USB	6	4	0	10
Multímetro digital portátil	Multímetro digital portátil RMS Verdadeiro	6	4	0	10
Fonte alimentação	Fonte alimentação CC variável	7	3	0	10
Gerador de função	Gerador de forma de onda digital	6	4	0	10
Protoboard	Protoboard 3260 Furos c/ 7 barras	0	10	0	10
Kit didático de microcontrolador	Kit composto por microcontrolador e módulos e/ou componentes eletrônicos para experiências didáticas	0	10	0	10
Kit didático de microprocessador	Kit composto por microprocessador e módulos e/ou componentes eletrônicos para experiências didáticas	0	10	0	10

Kit treinamento de lógica digital	Conjunto de módulos para estudo das lógicas digitais	9	10	0	19
Kit treinamento para FPGA	Conjunto de módulos para treinamento em FPGA	0	10	0	10
Kit treinamento em eletrônica analógica	Conjunto de módulos para estudo dos componentes eletrônicos	0	10	0	10
Kit treinamento em comunicações analógicas	Conjunto didático para treinamento em comunicações analógicas	0	10	0	10
Kit treinamento em comunicações digitais	Conjunto didático para treinamento em comunicações digitais	0	10	0	10
Kit de automação	Composto por Controlador lógico programável, display, fonte, botões e chaves.	0	10	0	10
Kit de sensores industriais	Conjunto de módulos com diversos tipos e especificações de sensores industriais	0	10	0	10
Planta didática para controle e automação	Sistema completo de automação que será comando por controlador lógico programável	0	10	0	10
Sistemas supervisórios	Hardware e software para controle	0	10	0	10
Kit de treinamento em circuito fechado de televisão	Conjunto de equipamentos para treinamento em projeto, instalação e configuração	0	10	0	10
Kit de treinamento em alarme residencial, controle de acesso e cerca perimetral	Kit de treinamento em alarme residencial, controle de acesso e cerca perimetral	0	10	0	10
Kit de treinamento em automação residencial	Conjunto de equipamentos para treinamento em projeto, instalação e configuração	0	10	0	10
Kit de treinamento em projeto e instalação de painéis solares	Conjunto de equipamentos para treinamento em projeto, instalação e configuração	0	10	0	10
Mesa	Mesa para professor	1	0	0	1
Cadeira	Cadeira estofada para professor	1	0	0	1
Projektor Multimídia	Projektor multimídia	0	1	0	1
Tela de projeção retrátil	Tela retrátil/tripé 120 polegadas	1	0	0	1
Lousa	Quadro branco	0	1	0	1

Bancada	Dimensão 1500x600x875mm	10	0	0	10
Banqueta	Banqueta de 86cm de altura	0	25	0	25
Guarda volumes	Armário guarda volumes de aço	0	1	0	1
Ar-condicionado	Aparelho condicionador de ar de 36000 Btu.	1	0	0	1

2.5.2.3 Laboratório de. Eletroeletrônica

Item			Situação e previsão			Total em 2018
			2016	2017	2018	
Equipamento	Especificação		2016	2017	2018	
Multímetro de bancada	Multímetro de bancada, Marca SME, Modelo 2050.		19	0	0	19
Osciloscópio analógico	Osciloscópio Analógico de 20MHz com 2 canais, Marca Minipa.		8	0	0	8
Osciloscópio digital	Osciloscópio digital com dois canais, comunicação USB		6	4	0	10
Multímetro digital portátil	Multímetro digital portátil RMS Verdadeiro		6	4	0	10
Fonte alimentação	Fonte alimentação CC variável		7	3	0	10
Gerador de função	Gerador de forma de onda digital		6	4	0	10
Gerador de função	Gerador de forma de onda, Marca Minipa		4	0	0	4
Variador de voltagem	Varivolt, entrada 115V e saída 0 -130V, potência 1,5KVA		4	6	0	10
Multímetro portátil automotivo	Multímetro digital portátil automotivo		7	0	0	7
Decibelímetro digital	Marca Skill-tec SKDEC-01		0	1	0	1

Alicate terrômetro	Marca Politerm, UNI-T, Série UT275		1	0	0	1
Wattímetro	Aparelho para medição de potência		0	6	0	6
Kit treinamento em eletricidade básica	Conjunto de módulos para estudos de corrente contínua, corrente alternada e noções de eletromagnetismo		0	10	0	10
Kit treinamento eletrônica de potência/Industrial	Conjunto de módulos para estudo da conversão de tensão, com componentes semicondutores, controle e função de conversão de energia elétrica		0	10	0	10
Protoboard	Protoboard 3260 Furos c/ 7 barras		0	10	0	10
Estação de solda	Estação de solda		0	10	0	10
Estação de solda SMD e BGA	Estação de solda para solda SMD e BGA		0	10	0	10
Sugador de solda	Sugador de solda		10	0	0	10
Alicate de bico	Alicate bico meia cana curto 130mm		10	0	0	10
Alicate de corte	Alicate corte diagonal 130mm		0	10	0	10
Chave de fenda	Chave de fenda rádio 1/8X6"		0	10	0	10
Chave <i>Philips</i>	Chave <i>Philips</i> 1/8X2.3/8' ergonômica		0	10	0	10
Estilete	Estilete auto retrátil para trabalhos pesados		0	10	0	10
Mesa	Mesa para professor		1	0	0	1
Cadeira	Cadeira estofada para professor		1	0	0	1
Tela de projeção retrátil	Tela Retrátil c/ Tripé 120 polegadas		0	1	0	1
Lousa	Quadro branco		3	0	0	3

Bancada	Dimensão 1500x600x875mm		10	0	0	10
Banqueta	Banqueta de 86cm de altura		0	25	0	25
Guarda volumes	Armário guarda volumes de aço		0	1	0	1
Ar-condicionado	Aparelho condicionador de ar de 36000 Btus		1	0	0	1

2.5.2.4 Laboratório de Eletrotécnica I e II

Item		Situação e previsão			Total em 2018
		2016	2017	2018	
Equipamento	Especificação	2016	2017	2018	
Microcomputador e periféricos	HP Desktop 6305 Pro / Teclado e Mouse	10	0	0	10
Monitor	HP 22 polegadas	10	0	0	10
No break	No break 1200VA bivolt	0	3	0	3
Kit de máquinas elétricas	Composto por máquina de corrente alterna, corrente continua, e dispositivos de ensaio	0	0	10	10
Kit de acionamentos	Conjunto de equipamentos de acionamento eletrônico.	0	0	10	10
Kit de comandos elétricos	Composto por equipamentos e componentes elétricos.	0	0	1	1
Kit de Instalações elétricas	Composto por equipamentos e componentes para instalações elétricas.	0	10	0	10
Mesa	Mesa para professor	1	0	0	1
Cadeira	Cadeira estofada para professor	1	0	0	1
Tela de projeção retrátil	Tela retrátil/tripé 120 polegadas	0	1	0	1
Lousa	Quadro branco	3	0	0	3
Bancada	Dimensão 1500x600x875mm	0	10	0	10
Banqueta	Banqueta de 86cm de altura	0	25	0	25
Guarda volumes	Armário guarda volumes de aço	0	1	0	1

Ar condicionado	Aparelho condicionador de ar de 48000 Btu	2	0	0	1
-----------------	---	---	---	---	---

2.5.2.5 Biblioteca e Acervo bibliográfico

O acervo da Biblioteca do Câmpus Avançado Tupã apresenta o seguinte quantitativo por área de conhecimento:

Item		Situação			Total em 2018
Descrição	Área de conhecimento	2016	2017	2018	
Livro	Ciências Exatas e da Terra	-	172	99	271
	Engenharias	-	323	5	328
	Ciências Biológicas	-	3	10	13
	Ciências da Saúde	-	1	1	2
	Ciências Sociais Aplicadas	-	150	92	242
	Ciências Humanas	-	46	72	118
	Linguística, Letras e Artes	-	179	279	458
	Multidisciplinar	-	18	0	18
DVD's			5	0	5
Periódicos			16	3	19
Computador		-	3	0	3

A evolução do crescimento quantitativo e qualitativo do acervo é uma grande preocupação da instituição. O desenvolvimento do acervo atenderá aos critérios estabelecidos pela Política de Desenvolvimento de Coleção do IFSP, aprovada pela Portaria nº 967/2015. Art.

2.6 Contexto Escolar

A presença do IFSP possibilita o acesso da população de Tupã e dos municípios circunvizinhos a cursos de formação técnica até então inexistentes na região, bem como da oferta de formação continuada gratuita e de qualidade.

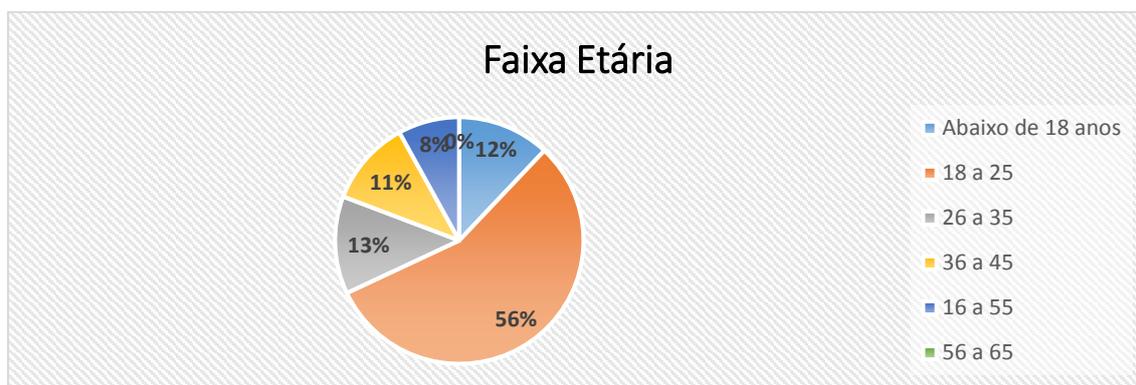
No âmbito educacional, o município tem sua rede de educação básica formada por 20 escolas de ensino pré-escolar, 23 escolas de ensino fundamental e 10 de ensino médio (IBGE, 2015).

Em relação ao ensino superior, temos 5 faculdades, sendo 1 pública e 1 de educação à distância com polo na cidade, somando uma gama possibilidades de cursos de graduação.

Já na oferta do ensino profissional, há a Escola Técnica ETEC que disponibiliza 11 cursos técnicos (IBGE, 2015).

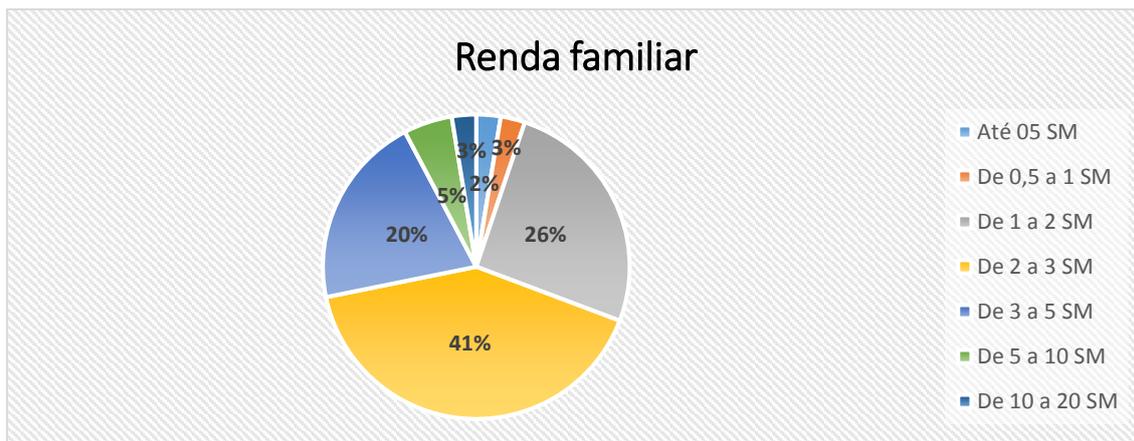
Considerando essa realidade, com cursos do eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, uma área de atuação procurada, historicamente, pelo público masculino, seu primeiro curso técnico, iniciado em agosto de 2016, conta com um público formado, predominantemente, por homens representando 87,5% e apenas 12,5% de mulheres do corpo discente. Em relação a cor/raça, a maioria (55%) se declara branca, 35% parda, 5% amarela e 1 (2,5%) indígena e 1 negro (2,5%).

A faixa etária é bastante heterogênea, variando de 15 a 64 anos.



Esses dados podem sugerir realidades e desafios diversos em sala de aula, alunos cursando o ensino médio, alunos trabalhadores, alunos que querem uma formação para inserção no mercado de trabalho, bem como alunos que voltaram a estudar depois de longo tempo fora do ambiente escolar, alunos com outras formações profissionais. Uma diversidade de saberes, expectativas, competências e também dificuldades que adentra a instituição.

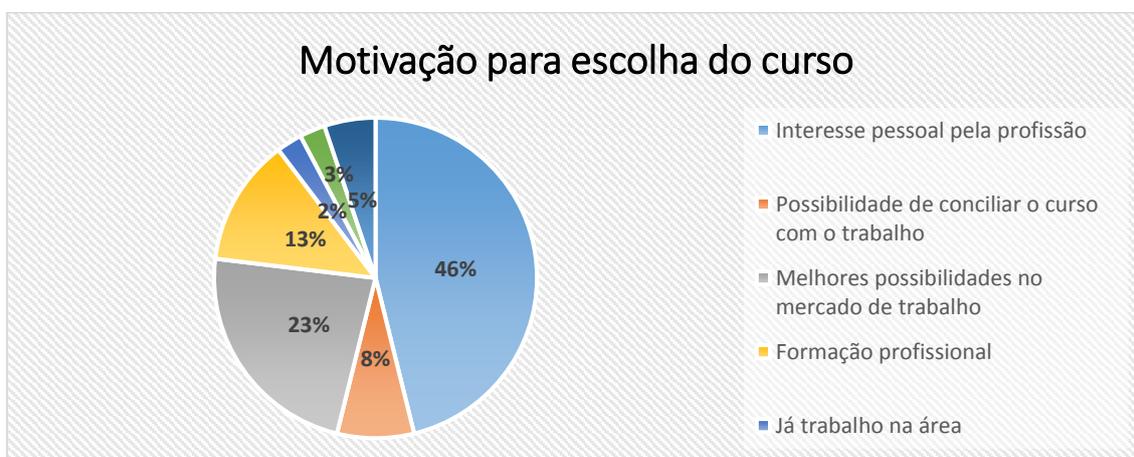
Outra questão a ser considerada é a realidade socioeconômica, a renda varia de 0,5 a mais de 10 salários mínimos entre os discentes.



Cerca de 31% dos alunos apresentam renda familiar de até 2 salários mínimos (SM) e 41% de 2 a 3 SM. Apenas 28% dos alunos apresentaram uma renda familiar acima de 3 salários mínimos. Esses dados são importantes para a organização da Política de Assistência Estudantil, com ações que colaborem com os gastos dos alunos com os estudos visando a permanência e conclusão do curso.

No que se refere ao ensino, a maioria estudou em escola pública (90%), 2,5 estudou a maior parte em escola pública, 5% estudou a maior parte em escola particular e apenas 2,5 estudou integralmente em escola particular.

Em relação às motivações dos estudantes na escolha do curso, o gráfico abaixo destaca o interesse pela profissão, dessa forma, é importante ao campus manter uma divulgação constante e esclarecedora à população em relação ao que é o curso e suas possibilidades, pois é muito importante que os candidatos tenham interesse pela profissão que estão escolhendo, isso é um fator importante para a permanência e conclusão do curso.



Já no primeiro curso implantado, foi possível atender a população da microrregião, temos alunos das duas cidades mais próximas, Arco-Íris e Herculândia, ampliando, assim, o universo de possibilidades da população de Tupã e região.

2.7 Recursos Humanos

2.7.1 Corpo Técnico-administrativo

NOME	TITULAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO
Adriana de Oliveira Pícoli Guedes	Bacharel em Letras Especialista em tradutor e interprete de libras.	Tradutor Interprete de Linguagem De Sinais
Alexsander Wilson Manzano	Bacharel em Contabilidade Especialista em Controladoria.	Contador
Arthur Bragadini Faustinelli	Bacharel em Engenharia Mecatrônica Especialista em Docência do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior	Técnico de Laboratório
Bethania Amadeu Belini	Bacharel em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda Especialista em Gestão Escolar	Assistente de Alunos
Eduardo de Souza Palma Junior	Licenciado pleno em Geografia Especialista em Gestão Escolar Graduando em Direito	Técnico em Assuntos Educacionais
Eliane Soares de Souza	Licenciada em Educação Física	Auxiliar de Biblioteca
Fernanda Cassaro	Bacharel em Biblioteconomia Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares	Bibliotecária-documentalista
Guery Tã Baute e Silva	Bacharel em Administração	Assistente em Administração
Jâmily Suelen Silva Gomes	Bacharel em Direito	Assistente em Administração
Maria de Fatima Silva	Bacharel em Pedagogia	Assistente de Alunos
Marisa Aparecida da Silva	Licenciada Ciências com Hab/Matemática Especialista em Matemática e Gestão Escolar, Bacharel em Pedagogia, Mestranda em Ensino	Pedagoga
Patricia Barrozo	Bacharel em Administração	Assistente em Administração
Selma de Fátima Vanderley	Bacharel em Serviço Social Especialista em Gestão de Políticas Públicas	Assistente Social

	Mestre em Educação	
Willian dos Santos Souza	Técnico em Informática Bacharel em Ciência da Computação Especialista em Gestão de Redes e Telecomunicações	Técnico de Tecnologia da Informação

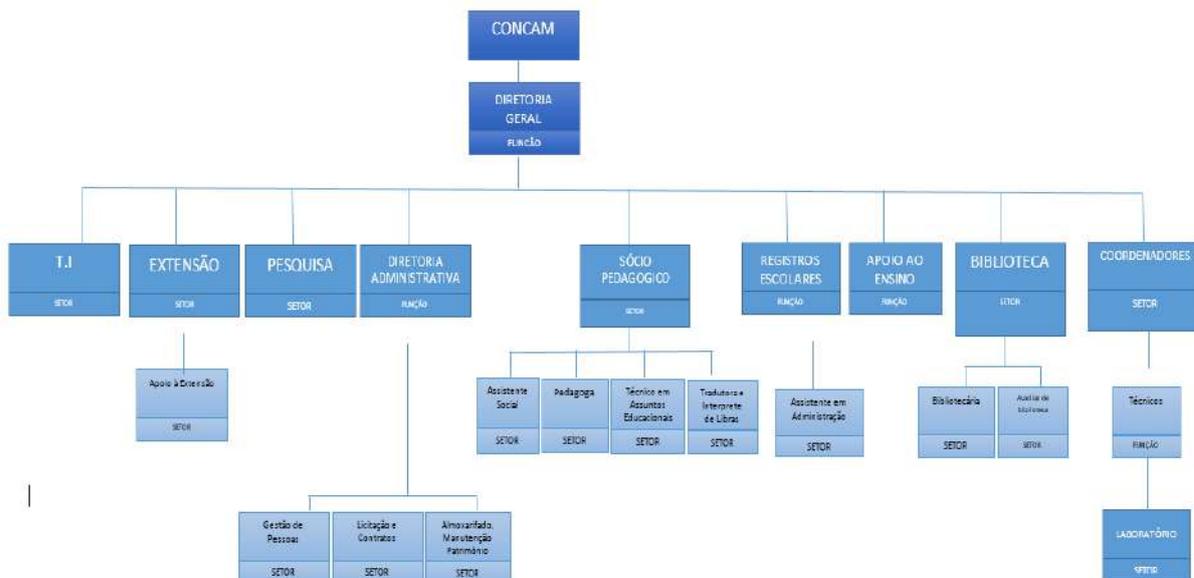
2.7.2 Corpo Docente

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	ÁREA
Ana Claudia Pinheiro dos Santos	Licenciada em artes Especialista em Docência do Ensino Superior E Especialista em Arte e Educação.	RDE	Artes
Ary Franco Junior	Graduado em Engenharia Elétrica Mestre em Engenharia Elétrica	RDE	Eletrônica
Bruno Borges	Graduado em História Mestre em História Social	RDE	História
Danilo Basseto do Valle	Graduado em Engenharia Elétrica Mestre em Sistemas Elétricos de Potência Doutor em Sistemas Elétricos de Potência	RDE	Eletrotécnica II
Deborah Carolino da Fonseca	Graduada em Letras Português Especialista em Libras e educação de surdos	RDE	Português e Libras
Elvio Figueiredo	Graduado em Engenharia de Controle e Automação Mestrando em Ciência e Engenharia de Materiais	RDE	Controle e Automação I
Esdras Nicoletto da Cunha	Graduado em Tecnologia em Telecomunicações. Mestre em Engenharia Elétrica. Doutorando em Engenharia elétrica	RDE	Controle e Automação II
Evandro Marques das Neves	Licenciado em Matemática Mestre em Matemática	Contrato temporário	Matemática
Fabiana Andreani	Graduada em Pedagogia e Educação Física	RDE	Educação Física

	Especialista em Educação Infantil Mestre em Docência para Educação Básica		
Fabiana Liar Agudo	Graduada em Administração Mestre em Engenharia de Produção	RDE	Gestão II
Fábio Luiz Seribeli	Graduado em Química Mestre em Química	RDE	Química
Fanley Bertoti da Cunha	Graduado em Ciências Biológicas Especialista em Ensino de Biologia Mestre em Ciências Biológicas -Genética	RDE	Biologia
Fernando Mendonça Heck	Graduado em Geografia Mestre em Geografia Doutor em Geografia	RDE	Geografia
Getulio Teruo Tateoki	Graduado em Engenharia Elétrica Mestre em Engenharia Elétrica	RDE	Eletrônica II
José Roberto Severino Martins Junior	Graduado em Física Mestre em Ciência e Tecnologia de Materiais Doutor em Ciência e Tecnologia de Materiais Pós-Doutorado em Ciência e Tecnologia de Materiais	RDE	Física
Laura Rampazzo	Graduada em Letras Mestra em Estudos Linguísticos	RDE	Letras Português/Inglês
Leandro Calixto Tenório de Albuquerque	Graduado em Ciência da Computação Mestre em Engenharia Elétrica	RDE	Informática: Programação e banco de dados
Marcos Roberto Leite da Silva	Graduado em Filosofia e Teologia Mestre em Educação Doutor em Educação	RDE	Filosofia
Monclar Nogueira Christovão	Bacharel em Engenharia Elétrica, Licenciado em Matemática, Especialista em Automação e Controle Industrial e Engenharia de Segurança do Trabalho.	RDE	Eletrotécnica
Nelson de Abreu	Graduado em Letras Português/Espanhol	RDE	Letras Português/Espanhol

	Mestre em Ciências e Práticas Educativas Doutor pelo processo Reconhecimento de Saberes e Competências		
--	---	--	--

2.7.3 Estrutura Organizacional do IFSP – Campus Avançado Tupã



3 PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS DO CÂMPUS

3.1 Concepção de Gestão Democrática

A gestão democrática é um princípio constitucional, registrado no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal brasileira de 1988, que estabelece os princípios do ensino e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, em seu artigo 14.

Tem por finalidade a melhoria e eficiência da qualidade do sistema educacional brasileiro, pois como afirma Gadotti (2013, p.161), “a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva”.

A gestão democrática deve buscar por desenvolver, como princípios norteadores, os seguintes elementos:

- a descentralização da administração, onde a tomada de decisões e de ações passam a ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada;
- a participação na gestão de todos os envolvidos no cotidiano escolar;
- a transparência nas decisões e ações que devem ser de conhecimento de todos;
- a construção coletiva do Projeto Político-pedagógico da escola;
- a administração coletiva dos recursos;
- o fortalecimento dos conselhos escolares.

É preciso que toda a comunidade compreenda que viver a experiência da gestão democrática da escola implica que todos estejam atentos em como isso ocorre no âmbito educativo escolar, e tenham por concepção que a própria sala de aula é um lugar de gestão e, principalmente, de aprendizagem da gestão democrática, não só da escola, mas da vida. Pois a gestão democrática deve ser compreendida como recurso de participação humana e de formação para a cidadania.

3.2 Concepção de Gestão Educacional

Não há educação orientada a propósitos de caráter nacional sem leis e políticas públicas consentâneas a essa finalidade. A Constituição Federal (Artigos 6º e 205 a 215), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9395/96) e o Plano Nacional de Educação respaldam os processos de gestão dos sistemas de ensino e das unidades escolares. Um dos pilares da gestão educacional na escola pública é a democracia. Neste sentido,

a democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola (BRASIL, 2004, p.25).

Definida pela LDB em seu Art. 14, a gestão democrática requer o esforço pela construção de hábitos, procedimentos e instituições que garantam a autonomia da unidade escolar e a participação efetiva de toda a comunidade nos processos de tomada de decisão – incluindo, para tanto, a implementação de colegiados na escola. Além disso, a garantia de financiamento público, a construção e a avaliação dos projetos pedagógicos e de currículos que levem em consideração as realidades locais, a implementação de processos de escolha de dirigentes e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na definição da aplicação dos recursos da escola, são aspectos que norteiam a gestão democrática.

Urge salientar que as eleições, tanto para os cargos de dirigentes como para compor os colegiados, são canais de participação e de aprendizado político da gestão democrática. Consoante as linhas gerais do pensamento político moderno, a experiência democrática proporciona uma oportunidade máxima de exercício da responsabilidade moral, posto que a ampla participação em diversos espaços da estrutura pública faculta aos cidadãos uma espécie de pedagogia política, fazendo-os desenvolver a amplitude de seus raciocínios e pensar um pouco mais no “bem comum” (DAHL, 2001, p.73; MILL, 1981, p.148).

Além de democrática, a gestão educacional precisa ser responsiva, ou seja, exige-se do gestor da coisa pública que suas ações correspondam aos comandos da

lei e às demandas da sociedade. Neste sentido, a existência de controles por meio de regras, registros e auditorias periódicas, que façam garantir a eficiência, a eficácia e a efetividade social da escola, constituem elemento essencial para a continuidade da vida institucional e do caráter permanente e organizado do exercício da função pública. Nas palavras de Carlos Estavam Martins,

(...) o controle é um aspecto fundamental da vida do Estado e da sociedade. Onde quer que haja objetivos a serem alcançados, padrões a serem respeitados, regras a serem obedecidas, condições a serem satisfeitas; onde quer que a ação individual supere o egocentrismo infantil para tornar-se ação socialmente significativa; onde quer, enfim, que haja interação civilizada, existe a necessidade de um fluxo permanente e sistemático de operações de controle. Se essa necessidade não é atendida, temos o descontrole e, conseqüentemente, torna-se baixo o grau de governabilidade (MARTINS, 1989, p.8).

A capacidade operacional é um elemento axial da gestão escolar. Tal capacidade inclui, no que diz respeito às ações internas da organização, os recursos humanos e financeiros, o envolvimento social e os procedimentos e disposições institucionais que sustentam a política educacional e garantem sua entrega consistente à população. Coordenar organizações para trabalhar em conjunto, visando alcançar um resultado comum, é outro indicativo de capacidade operacional. A gestão educacional deve, neste sentido, dirigir suas atenções para a criação de ações integradas envolvendo órgãos e setores em diversas formas, como na partilha de informação, de recursos e na implementação conjunta de tarefas atribuídas (WU; et.al., 2014, p.110). Ações de divulgação, extensão, parcerias, convênios, acordos de cooperação técnica e científica, além de outros instrumentos de coordenação de setores das iniciativas pública e privada ampliam o escopo, bem como as possibilidades de interlocução e de prestação de serviços que atendam às necessidades de formação e de enriquecimento da qualidade de vida da população atendida.

Conforme Cury (2005), a finalidade de uma instituição escolar é ofertar um ensino de qualidade a todos os alunos, buscando promover a cidadania e a justiça social, garantindo, pois, que o direito à educação seja efetivado em sua coletividade, bem como atenda as particularidades dos alunos e da comunidade local.

Analisando algumas concepções de gestão educacional, entendemos a importância de o Câmpus Avançado Tupã ter uma gestão **democrático-participativa**, que incorpore ações e planejamentos democráticos e que valorize o trabalho coletivo.

Em uma instituição, é necessário que a gestão escolar seja compartilhada, coletiva, participativa e democraticamente, e que todos juntos (diretor, servidores técnico-administrativos, professores, alunos, pais e comunidade) sejam atuantes nas decisões.

Assim, alguns elementos básicos farão parte dessa gestão, como:

- elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político-pedagógico, de modo coletivo e participativo;
- atuação efetiva do Conselho de Câmpus e demais conselhos;
- atuação efetiva da Comissão da Estatuante;
- divulgação e transparência na prestação de contas do câmpus;
- fortalecimento da participação estudantil;
- escolha e eleição para o cargo de diretor-geral do câmpus.

Parafraseando Libâneo (2001), o conceito de participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade e favorece uma aproximação.

3.3 Ensino

A educação escolar é uma peça fundamental na construção de comunidades nacionais, cujo surgimento, do ponto de vista histórico, consubstancia-se ao paulatino desenvolvimento do Estado moderno, evoluindo, ao fim e ao cabo, à condição de direito basilar da cidadania. Urge esclarecer, todavia, que a gênese do sistema escolar nacional, na Europa continental pós-revolucionária dos séculos XVIII e XIX, esteve

umbilicalmente vinculada a propósitos estranhos ao ideal iluminista de elevação dos indivíduos à condição de sede da razão.

Na França, a socialização escolar deriva de uma mudança no modo de fazer a guerra. Até o fim do século XVIII, as guerras europeias eram travadas por exércitos profissionais, formados por mercenários a serviço de imperadores, príncipes, duques e barões. Finda a Revolução Francesa, a nobreza europeia lançou suas tropas mercenárias contra a jovem República. A fim de reagir contra as invectivas contrarrevolucionárias, os republicanos convocaram um alistamento geral para formar um exército de cidadãos. Defender-se, para Estados como a França, urdidos em processos de grande agitação social e de ruptura com o passado, significava alçar-se à tarefa de criar infantarias numerosas, formadas por cidadãos. Nascido para consolidar este processo, o sistema escolar tornou-se responsável pela elaboração de uma nova identidade, comum a todos os cidadãos, que transmitiria a estes o sentimento de pertença a uma nação.

Nas palavras de Reinhard Bendix,

É provável, portanto, que os sistemas de educação nacional tenham se desenvolvido tanto pelo fato de a demanda por educação básica ter interceptado o espectro de crenças políticas. Ele é sustentado por conservadores que temem o inerente desgoverno do povo, que deve ser refreado pela instrução nos fundamentos de religião e, assim, instilar a lealdade ao rei e ao país. Os liberais afirmam que o Estado-nação requer cidadãos educados por órgãos do Estado. E os oradores populistas protestam que as massas populares que ajudam a criar a riqueza do país devem partilhar das amenidades da civilização (BENDIX, 1996, p.126).

Do conflito de ideias e interesses que secundou a construção de sistemas nacionais de ensino na Europa, prevaleceu uma concepção mais avançada e progressista: oferecer educação para todos em instituições de Estado planejadas para disseminar uma base cultural comum, tendo em vista constituir e consolidar “comunidades imaginadas” – ou seja, as nações – bem maiores e mais complexas que as comunidades tradicionais.

O Brasil, em contrapartida, não acompanhou estes processos. Na primeira metade do século XIX, o recém-formado Estado brasileiro priorizou a conservação da unidade territorial do país contra as fortes tendências de fragmentação; na segunda metade do século, as ações estatais medraram um “lento, gradual e seguro” caminho

rumo à abolição da escravidão, de modo a não desarticular a economia primário-exportadora baseada no grande latifúndio. Diferentemente dos demais países latino-americanos, como México e Peru, que fundaram Universidades no século XVI, seguidos pelos demais vice-reinados da Espanha, o Brasil criou sua primeira Universidade (Universidade de São Paulo) apenas em 1934. Além disso, após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1750, a questão da educação praticamente desapareceu do horizonte brasileiro, mesmo após a Independência. A criação de um sistema nacional de educação, que transformaria a massa de indivíduos política e culturalmente desarticulados em cidadãos, não fazia sentido em uma sociedade que continuava, tardiamente, escravista.

Na década de 1920, mudanças surgiram principalmente da sociedade. Movimentos sociais, culturais e político-militares colocaram na agenda brasileira dois temas até então silenciados: identidade e desenvolvimento. O brasileiro, enquanto produtor de cultura, começou a emergir, e nossa “vocação agrícola” começou a ser contestada pelos defensores da indústria. Com a Revolu o de 1930, ocorre uma refunda o do Estado brasileiro. Entre outras coisas, foram criados o Ministério da Educa o e as primeiras políticas educacionais do país. Com atraso, o Brasil iniciou a forma o sistemática de professores, visando   implanta o de uma rede pública de ensino que, com o tempo, seria universalizada.

A constru o de um sistema nacional de ensino no Brasil dividiu opiniões e interesses. De um lado, havia os que defendiam a ideia de uma educa o clássica, humanista e generalista; de outro, estavam os que apoiavam o desenvolvimento de uma educa o prática, diretamente voltada   inser o das pessoas no mundo do trabalho (CARVALHO, 1994, p.75). Ao longo do ciclo desenvolvimentista brasileiro, que vai da década de 1930 até o final dos anos 1980, estas duas concep es lograram o prestígio do Estado, multiplicando-se em variados tipos de escolas.

A cria o de uma rede de escolas públicas, no período desenvolvimentista, impulsionou, a partir dos anos 1990, a inclusão de crianças e jovens nas redes de educa o básica. Hoje em dia, o Brasil praticamente universalizou o acesso a esta etapa do ensino, no entanto, os indicadores de qualidade da educa o mostram que há muito o que ser feito para que os alunos, em especial as crianças e os jovens, completem o ensino básico dominando a língua, a escrita e os fundamentos da matemática. O que torna este quadro ainda mais dramático   o fato de que, ao invés

de um modelo de escola unitária, voltada para formar cidadãos, o Brasil possui um sistema que distingue a “escola dos pobres”, pública, da “escola dos ricos”, privada. Com este modelo, a educação torna-se fundamentalmente um assunto privado, cuja função, para as classes mais favorecidas, é garantir aos filhos *status* e acesso a uma renda diferencial.

A formação ética, cidadã, orientada para a assunção da democracia como *modus vivendi*, requer a recuperação do sentido público da escola. Para tanto, faz-se necessária a construção de um projeto de educação de caráter nacional, que cultive a memória e valorize a linguagem centrada na razão. A consagração do tempo público, de longa duração, que resiste à velocidade, à fluidez e à impermanência ínsita à comunicação da era digital, requer a definição de uma escola para todos, que estimule o diálogo e o enriquecimento cultural através da síntese de sociedades plurais, que reconheçam como legítimos os mais variados modos de ser e de viver, mas que alcancem a unidade coletiva necessária para a preservação do tão necessário destino comum, consubstancial à República.

3.3.1 Política de Ensino

As políticas de ensino do IFSP possuem contornos legais bem definidos, obedecendo à Lei nº 11.892/2008, Seção II, Art. 6º e seus incisos, referentes às finalidades e características do Institutos Federais de Educação, bem como à Seção III, Artigos 7º e 8º e seus incisos, referentes aos seus objetivos. Há, ainda, as regulações administrativas, como a Portaria nº 818/2015/MEC, que define o conceito de aluno-equivalente por professor, no âmbito da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; a Portaria nº 5.540/2014/RET/IFSP, que designa a formação da Comissão Permanente do Plano de Desenvolvimento Institucional; e a Portaria nº TUP.0026/2016, que institui a Comissão Local Permanente do Plano de Desenvolvimento Institucional do Câmpus Avançado Tupã.

Sob a égide deste arcabouço normativo, o Câmpus Avançado Tupã direcionou inicialmente seus esforços, no ano de 2016, para cumprir o balizador de 50% da oferta de vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, seja através do curso concomitante/subsequente em Eletrônica, seja através dos cursos técnicos integrados de Eletrônica e Eletrotécnica. Além disso, o Câmpus Avançado Tupã tem

atendido as demandas educacionais da comunidade local por intermédio dos cursos de Formação Inicial Continuada, cuja oferta resulta de consultas à sociedade, elaboração e aprovação de propostas de cursos mediante publicação de editais.

A transformação de Câmpus Avançado para Câmpus Pleno é um passo fundamental para que se amplie, doravante, a oferta de vagas e a quantidade de cursos. O oferecimento de cursos de nível superior (tecnólogos e bacharelados) está condicionado à elevação do Instituto Federal em Tupã à condição de Câmpus Pleno; mediante esta conquista, novos professores poderão ser contratados, assim como maior será a parcela dos recursos orçamentários, distribuídos via Matriz Conif, que serão destinados ao Câmpus Tupã. Estima-se que, após o fim do atual ciclo de desenvolvimento institucional, mais especificamente em 2020, o Câmpus Tupã esteja em condições de contemplar todos os balizadores de cursos, entre os quais o PROEJA e os cursos superiores.

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p.118)

O papel da educação escolar na sociedade atual deve ser entendido como realização da cidadania, contra todo o tipo de desigualdade e exclusão social. Ser agente de mudanças; trabalhar a tradição e os valores nacionais; e preparar cidadãos capazes de entender o mundo, sua realidade e de transformá-lo positivamente.

A disposição ao ato de ensinar requer atividades planejadas, sistematizadas e em contínuo processo de avaliação, repletas de intencionalidades. Dentre estas intenções, a especial e fundamental, alcançar a aprendizagem.

Obter êxito no processo de ensinar, pressupõem o alcance da aprendizagem, afinal, o que realmente interessa a qualquer instituição de ensino são os resultados alcançados pelos seus alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse entendimento, o conceito de ensino apartado do conceito de aprendizagem torna-se vazio e sem propósito. Está, pois, inexoravelmente imbricado no conceito de aprendizagem. Em virtude dessa intrínseca relação conceitual, a caracterização e a razão de existir do ensino fundamenta-se na aprendizagem.

O ensino adquire um *status* relevante no processo educacional e constitui-se em uma das principais vias de acesso e de produção do conhecimento.

No Câmpus Avançado Tupã, a dimensão do Ensino compõe a tríade acadêmica

institucional. Aliado à Pesquisa e à Extensão, o processo de ensino (no alcance à aprendizagem) concretiza-se na inter-relação com os campos científicos correlatos que, permeados por articulações, interações e intervenções dos atores envolvidos, propiciam ao sujeito a possibilidade de compreender e de transformar a realidade por meio da apropriação de novos saberes.

Esse exercício exige uma concepção de ensino que contemple o caráter integrador do conhecimento. Portanto, para haver equilíbrio entre formação humana e formação profissional faz-se necessário que todos os processos, especialmente os de ensinar e de aprender, estejam orientados pela dialogicidade, pela integração dos saberes, por percursos democráticos, pela participação, pelo exercício da criticidade, pela curiosidade epistemológica e pela autonomia intelectual do aluno.

Face a esse dimensionamento, o Instituto Federal compromete-se a promover um ensino de qualidade socialmente referenciada, sob os princípios da formação humana integral. Isso pressupõe ações e políticas conjuntas que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a investigação científica e a interação com as mais variadas instâncias sociais.

3.3.2 A atuação no ensino

Em atendimento à função social, as necessidades educativas e aos preceitos da reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, a atuação do ensino no IFSP incide na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância e abrange: cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; programas de certificação profissional; cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada (regular), integrada na modalidade EJA e concomitante / subsequente ao Ensino Médio; cursos superiores de tecnologia ou de graduação tecnológica; cursos de engenharias; cursos de licenciatura, inclusive na forma de segunda licenciatura; cursos de pós-graduação *lato sensu*; e cursos e programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em se tratando da política institucional de ensino visando possibilitar um conjunto de ações acadêmicas com a qualidade desejada, faz-se necessário um permanente

diálogo com as comunidades e com o seu entorno, por meio de estudos e pesquisas das necessidades socioeducativas locais, articulada às demandas da formação humana integral, do mundo do trabalho, do processo produtivo e das políticas de trabalho e renda da região onde está inserido o câmpus. Essa política de atuação é implementada com a finalidade de propagar os saberes científico e tecnológico, de formar profissionais numa perspectiva integral capazes de atuar no mundo do trabalho, adotando formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político como cidadão emancipado.

No geral, o quantitativo de todas essas ofertas institucionais é definido com base nos seguintes critérios: grupo efetivo de servidores (número de docentes e técnicos administrativos existentes no câmpus), relação professor/aluno, turnos de funcionamento e o foco tecnológico do câmpus. Por isso deve haver flexibilização e atenção às especificidades no planejamento das demandas local.

3.3.3 O processo de revisão das ofertas educacionais

Considerando a importância do registro histórico das formas de organização e revisão das ofertas institucionais, é conveniente esclarecer que as orientações comuns para a revisão curricular dos cursos são elaboradas mediante um processo de construção coletiva, constando da realização de fóruns de avaliação do desenvolvimento curricular dos cursos técnicos, discussões em grupos, elaboração de propostas de diretrizes e validação destas, com vistas a pautar a revisão curricular desses cursos.

Ancorada nessa metodologia, as diretrizes orientadoras e a dinâmica de reestruturação dos cursos foram construídas a partir das seguintes etapas:

- realização de fóruns deliberativos para elaboração de propostas iniciais de diretrizes operacionais para as ofertas educacionais;
- discussão, análise das propostas iniciais de diretrizes e proposição de alterações;
- realização de fóruns deliberativos para validação das diretrizes operacionais e definição de matrizes curriculares de referência para as ofertas educacionais;

- reelaboração dos projetos pedagógicos de cursos (PPCs) e dos projetos de autorização de funcionamento de cursos;
- revisão dos planos de trabalho e programas de disciplinas; e
- planejamento da implementação dos novos cursos.

Esse conjunto de documentos registra o caráter coletivo e participativo das revisões realizadas nas ofertas dos cursos técnicos e retrata os encaminhamentos, a metodologia adotada, os documentos elaborados e as diretrizes acordadas.

Concluindo, a escola, em seu papel social, deve levar a autonomia a seus alunos, preparando-os para a cidadania. Deve-se levar em conta o contexto no qual o aluno está inserido e não apenas os conteúdos acadêmicos e o professor deve tornar-se um pesquisador, a fim de buscar uma melhoria do processo da prática educativa, desenvolvendo estratégias com criatividade.

Temos a convicção que o ato de ensinar e de aprender é revolucionário e é um processo que envolve a formação e a geração de conhecimento. O conhecimento não se adquire pela quantidade de informações que são passadas para as pessoas, mas ele se perpetua pelas etapas que transformarão essas informações, que se tornarão a saber (adquirir conhecimentos, desenvolver habilidades, questionar-se, mudar comportamentos, descobrir o sentido das coisas e dos fatos e transformar-se constantemente como pessoa e agir na sociedade em que se está inserido).

O processo de aprendizagem é vivo e se renova a cada instante. Nenhuma experiência vivida ocorre da mesma forma e num mesmo momento, pois há vários fatores que determinam essa nova trajetória a ser traçada. Por isso é preciso que haja a mobilização, a sensibilização para o conhecimento. Assim, será possível ter uma escola que exerça as suas funções sociais e políticas, tendo profissionais comprometidos na formação de cidadãos críticos e conscientes, que construirão uma nova sociedade.

3.4 Princípios orientadores da prática pedagógica

3.4.1 Respeito a Diversidade

O respeito à diversidade é fundamental em todos os espaços e, principalmente, no ambiente escolar, sendo um dos principais desafios na contemporaneidade.

De acordo com o artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos não deve haver distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Visando a formação de cidadãos para a convivência em sociedade, é importante colocar em discussão as diferenças, sejam elas de gênero, raça, religião, econômica, territorial, orientação sexual e outras, buscando o aprofundamento do conhecimento e a mitigação do preconceito e discriminação.

O ponto crucial da questão da diversidade é a reflexão sobre os mecanismos que transformam as diferenças em desigualdade. O Brasil é palco das mais diversas expressões culturais que poderia resultar, com facilidade, no respeito à diversidade. E é sob esse prisma que o Câmpus Avançado Tupã se orienta, compreendendo a diversidade como um valor e o espaço educativo como ambiente de promoção da diversidade e do respeito as diferenças.

3.4.2 Ética, Cidadania e Inclusão Social

3.4.2.1 Educação Ambiental

A Lei nº 9.795/1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental define a educação ambiental como

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Nesse sentido, é necessário integrar uma política estrutural de educação ambiental, com enfoque na aquisição de conhecimentos visando uma leitura crítica da realidade. Destacar ainda, sua natureza interdisciplinar no currículo levando em

consideração, principalmente no ensino técnico, o conhecimento da legislação ambiental aplicável às atividades profissionais, enfatizando a responsabilidade social e ambiental dos profissionais que estão sendo formados.

3.4.2.2 Direitos Humanos

A educação é elemento de capital importância para a formação do cidadão, uma vez que, os processos educativos possibilitam aos sujeitos a construção de sua visão de mundo. Nessa perspectiva, educar para os direitos humanos constitui-se como ferramenta ímpar para “preparar os indivíduos para que possam participar da formação de uma sociedade mais democrática e mais justa. Essa preparação pode priorizar o desenvolvimento da autonomia política e da participação ativa e responsável dos cidadãos em sua comunidade” (BRASIL, 2013, p. 34)

É essencial a atuação da escola no respeito aos direitos humanos, enquanto espaço de convivência social, de constituição de valores, capaz de tornar os seres humanos mais responsáveis e conscientes de suas ações cotidianas.

3.4.2.3 Relações Étnico Raciais

É mister a reflexão das relações étnico-raciais em todas as suas dimensões, os aspectos estruturais e sociais e as práticas para o enfrentamento dos preconceitos e discriminações de origem étnico racial.

Conforme aponta o Parecer do Conselho Nacional de Educação (MEC, 2004), a implantação de políticas de reparações e de reconhecimento são necessárias para corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas pela estrutura social excludente e discriminatória.

Em face desse contexto, a implantação de políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras foi uma alternativa para democratizar o acesso ao ensino desses grupos potencialmente atingidos pelo modelo de organização desigual do país, ressignificando o papel da educação na inclusão social das camadas populares e fortalecendo, mesmo que indiretamente, a luta pela valorização da diversidade nesses espaços.

Nesse contexto, o campus objetiva promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, numa visão democrática de sociedade.

3.4.2.4 Educação Inclusiva

A educação inclusiva transforma a escola em um espaço para todos, inserindo os alunos no mesmo contexto escolar. As diferenças não são vistas como problemas e sim como diversidade, ampliando a visão de mundo dos alunos na construção de uma sociedade democrática.

Para tanto, é necessário o desenvolvimento de ações que removam as barreiras, sejam elas atitudinais, educacionais ou arquitetônicas, promovendo o acesso e a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas no câmpus.

No Campus Avançado Tupã a sensibilização da comunidade interna acerca da educação inclusiva, a capacitação permanente dos professores e técnicos-administrativos e a atuação do NAPNE – Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, visam aprimorar as ações voltadas a educação inclusiva.

3.5 Diretrizes para a prática pedagógica

Conforme Oliveira (2007, p.21), compreende-se *que* “planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir”.

Desta forma, o planejamento pedagógico, o plano de ensino e o plano de aula se complementam e se conectam no processo ação-reflexão-ação da prática social docente.

3.5.1 O Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, na busca da melhoria do funcionamento do sistema educacional.

Há de se reconhecer a importância do planejamento como uma prática crítica e

transformadora, pois, como afirma Rodrigues ([2012]),

o planejamento educacional é um instrumento orientador de todo o processo educativo, pois constitui e determina as grandes necessidades, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para atingir as grandes finalidades da educação.

Deve estar previsto no calendário escolar, no início de cada semestre letivo, tendo como principal objetivo garantir a articulação entre todos os segmentos escolares, envolvendo ações de:

- busca de informações;
- elaboração de propostas;
- encontro de discussões;
- avaliação permanente;
- formação continuada.

3.5.1.1 O Planejamento do Ensino

O Plano de Ensino é um documento elaborado pelo docente, contendo suas propostas de trabalho, numa área e/ou disciplina específica. Tem caráter flexível, possibilitando adaptações ao longo do processo bem como a coparticipação dos alunos, permitindo, assim, a organização sequencial de decisões. Deve ser percebido como um instrumento orientador do trabalho docente, como um momento ao refletir sobre a importância e a relação de sua disciplina dentro do curso e na formação discente, além de refletir sobre a relação de sua disciplina com as demais disciplinas do curso. Em suma, é um contrato pedagógico que se assume com o aluno, onde ambos se tornam responsáveis pela eficácia deste contrato.

3.5.1.2 O Planejamento da Aula

Conforme Furasi (1998, p.47), o “preparo das aulas é uma das atividades mais importantes do trabalho do profissional de educação escolar”, pois representa o ápice do contrato pedagógico, onde o professor se apresenta como o mediador entre o conteúdo curricular e o aluno.

Uma vez que o ato educativo deve ser planejado, nada substituiria a tarefa de preparação das aulas em si, de forma a evitar improvisações, além de ser compreendido como facilitador do trabalho docente no processo ensino-aprendizagem.

3.5.2 A Metodologia de Ensino

A metodologia de ensino constitui em diferentes trajetórias devidamente planejadas pelos docentes com o intuito de orientar, direcionar e favorecer o processo de ensino e aprendizagem em função do alcance dos objetivos propostos (MANFREDI, 1993).

3.5.3 A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem

Pretendemos neste momento deixar claro e conciso, todo o processo que envolve a avaliação da aprendizagem de uma instituição educacional, neste caso, o Câmpus Avançado Tupã. Sendo assim, consideraremos aqui, contribuições de autores renomados no assunto, assim como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Importante frisar que, a avaliação da aprendizagem escolar, parte importantíssima do processo de ensino e aprendizagem, não é um fim em si mesmo (LUCKESI, 2008). Deste modo, ao encararmos a avaliação escolar como parte de um processo e não simplesmente como sendo componente final deste, caminhamos na direção correta.

Observarmos a avaliação da aprendizagem escolar como parte de todo o processo pois, o planejamento, a execução e a avaliação precisam estar todas alinhadas para que, ao constatar a necessidade de novas direções, a partir dos métodos avaliativos, o professor pode iniciar novamente todo o processo, visando sempre a melhor maneira de se desenvolver as habilidades e competências necessárias aos discentes. A avaliação pensada como meio e não simplesmente como parte final do processo é essencial para que possamos oferecer uma educação de qualidade.

Lembramos que, a Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu artigo 24, inciso V, alínea a, traz a respeito da avaliação da aprendizagem: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Constatamos então que, a avaliação necessita ser refletida visando a aprendizagem do aluno, e não unicamente como instrumento de aprovação ou retenção.

Para que pensemos a avaliação como uma ferramenta importante dentro do processo de ensino e aprendizagem, e com força transformadora, buscando a emancipação dos discentes, ou seja, fazendo com que, através dela, se busque o desenvolvimento do aluno, precisamos entendê-la como elemento essencial na busca de uma educação de qualidade. Segundo Luckesi (2008, pag.42):

Para que a avaliação educacional escolar assuma o seu verdadeiro papel de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja preocupada com a transformação social e não com a sua conservação.

De acordo com a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, a avaliação da aprendizagem prezará pela concepção formativa, processual e contínua. Sendo assim, notamos que as orientações seguem na direção de uma avaliação voltada para a transformação social, para a formação dos discentes e também preocupada com a qualidade.

De acordo com a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em seu artigo 27:

A avaliação será norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia. (IFSP, 2016, p.48)

Observamos ainda, na Organização Didática, em seu artigo 30, parágrafo 2º, diversos instrumentos de avaliação utilizados com caráter diagnóstico, formativo,

processual e contínuo. São eles: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros.

Por fim, a avaliação da aprendizagem escolar precisa ser pensada, repensada e preparada de forma a atender os objetivos específicos de determinada turma ou grupo de alunos. A avaliação da aprendizagem deve ser parte do processo, do planejamento, e ir ao encontro do desenvolvimento dos discentes, servindo então, como instrumento voltado a educação de qualidade.

3.5.3.1 Recuperação da Aprendizagem

Sabe-se que a recuperação da aprendizagem é um tema importante e no contexto educacional. Notamos que, apesar de citado na Lei de diretrizes e Bases da Educação e outros diversos documentos oficiais, ainda assim, carece de estudos aprofundados.

Observamos ainda que, a recuperação da aprendizagem, é um direito do aluno, com respaldo na Lei de diretrizes e Bases da Educação. Compreendemos que a recuperação da maneira como é feita, vinculada a avaliação, parte de uma cultura onde avaliar é considerado mais importante que o próprio avanço da aprendizagem dos discentes, precisa ser revista. Temos que pensar na verdade na recuperação voltada para o conhecimento e não apenas para o avanço do aluno para o próximo nível, não apenas para a certificação (SORDI, 2005, p.25).

Segundo Sordi, precisamos estar atentos durante todo o processo de ensino e aprendizagem, desde o planejamento, na execução e por fim na avaliação. A recuperação tem que ser pensada durante todo o processo e não apenas após a avaliação. Algumas possibilidades de intervenção segundo Sordi:

- Recupere a visão de totalidade do processo de ensinagem devolvendo a avaliação ao conjunto de categorias constitutivas do trabalho docente. Pratique a indissociabilidade do ensinar/aprender/avaliar. Cuide desta tríade com a mesma atenção que lhe parece merecer a avaliação da aprendizagem dos alunos.
- Inverta a lógica da sua sala de aula. Que tal exercitar a pedagogia das perguntas ao invés da pedagogia das respostas certas? Construa com seus alunos as possibilidades de vivenciarem uma prática dialógica e problematizadora.

- Invista na qualidade dos processos relacionais com os estudantes sem que isto implique abrir mão de sua responsabilidade no exercício de seu ofício de educador. Assuma sua autoridade pedagógica sem medo de ser taxado de antidemocrático.
- Ao planejar situações avaliativas, procure levar em conta como ocorreu o processo de ensinagem e sempre que possível ao planejar as aulas, já planeje a avaliação em função dos objetivos mais relevantes que quer firmar. Não dissocie a tríade ensinar/aprender/avaliar. Se quiser produzir avaliações críticas e problematizadoras, ensine de forma, igualmente, crítica e problematizadora.
- Procure interrogar-se sobre o sentido de seu trabalho docente e faça pactos do tipo: se preciso e quero atingir esses objetivos para contribuir com o PPP do meu curso, então devo buscar estas evidências que entendo tradutoras do êxito de nosso percurso. Para isso tornarei claro este alvo para o aluno e vou construir e mostrar os critérios de realização e os critérios de êxito das tarefas que entendi deflagradoras dos objetivos.
- Certifique-se de que os conteúdos ou tópicos selecionados nos processos de avaliação guardam relação de importância com o âmbito dos objetivos da formação (são realmente os essenciais? Foram devidamente valorizados no processo de ensino?).
- Procure construir situações de avaliação cujos quesitos remetam o estudante à realidade de seu futuro processo de trabalho.
- Construa um contexto para a apresentação da situação avaliativa. Forneça elementos que permitam ao aluno se situar no âmbito do problema, estimule seu raciocínio. Crie formas coloquiais de abordagem. Lembre-se de que você 'deseja' que ele consiga apreender o que você de fato quer saber.
- Faça da avaliação um outro momento de ensino e aprendizagem. Trata-se da formação de um profissional. Um adulto em formação. Dialogue com seus alunos em situação de prova, inclusive.
- Valorize processos avaliatórios colaborativos. A situação-problema deve instigar os estudantes a buscar saídas e de preferência serem desafiadoras o suficiente para justificarem a valorização do coletivo, a exploração dos diversos repertórios de cada membro do grupo. No entanto, os obstáculos devem parecer

transponíveis e a sua superação deve produzir um progresso intelectual (HADJI, 2001).

- Percorra a sala de aula, observando formativamente o desenvolvimento dos alunos nesta atividade de aprendizagem de cunho sistematizador e sinalizador das potencialidade e vulnerabilidades dos alunos e do professor na condução do processo de ensinagem.
- Perceba, interfira, provoque insights. Use-se como educador no processo de avaliação, inclusive.
- Descentre sua atenção da nota e note seus alunos. Não fique indiferente ao processo. Evite dicotomizar os tempos do ensinar, do aprender e do avaliar.
- Corrija as respostas responsabilmente. Interesse-se formativamente pelo erro
- Valorize o raciocínio utilizado no processo.
- Remeta-se honestamente ao processo de ensinagem que você organizou e desenvolveu. Ele contém elementos que também informam as condições de êxito ou fracasso dos alunos. Reflita sobre seu trabalho docente e sobre as condições de seu grupo de alunos honestamente. Procure utilizar uma avaliação critério-referenciada. Esta está mais voltada a compreender se o aluno alcançou ou não o desempenho desejado, colocando em segundo plano sua posição em relação ao conjunto da classe.
- Socialize tão logo seja possível os resultados, comentando os pontos polêmicos, as respostas criativas, os raciocínios envolvidos. Lembre-se de que dados de avaliação devem ser consumidos pelos alunos para produzirem efeitos educativos. Não pertencem ao professor e nem à burocracia.
- Mantenha sempre o canal da comunicação aberto com os estudantes. E quando não entender, converse antes de julgar. Investigar o que sabe o aluno que erra pode se tornar importante fonte de aprendizagem para o educador. Praticar a comunicação em segunda ou primeira pessoa.
- Esteja atento à dimensão informal da avaliação, ou seja, certifique-se de que os aspectos subjetivos implicados na avaliação e nas relações humanas (os rótulos, os estereótipos) o impeçam de bem ensinar.
- Fique atento aos verbos e tempos verbais que frequentam seus processos de avaliação e por conseguinte invadem seu trabalho de recuperação da aprendizagem:

observar (a formatividade da avaliação não pode prescindir na capacidade de ver e atribuir significados). Descreva o que vê antes de julgar; formule hipóteses antes de decidir; registrar (habitue-se a fazer gráficos evolutivos que registrem os avanços formais e políticos dos estudantes. Não se prenda apenas aos aspectos técnicos da formação; interpretar (construa seus juízos de valor levando em conta os pressupostos do PPC do curso e coloque-se a favor da inclusão dos alunos no processo. Na interpretação dos resultados é que manifestamos o educador que somos e não o que dizemos ser); planejar (organize situações diversificadas para complementar ou esclarecer o processo de avaliação. Como profissional da mediação pedagógica, revele sua competência técnica e seu compromisso político; comunicar (promova o acesso dos estudantes às informações necessárias ao seu processo de desenvolvimento humano e profissional) dialogar (discuta os resultados de avaliação encontrados, ouça os argumentos dos alunos e produzam juntos sentidos e significados entendendo a provisoriedade das evidências); negociar (estabeleçam novas metas e desafios, construam estratégias de superação do estágio em que se encontram. Isso se estende também aos alunos que tiveram êxito); atuar (trabalhem intencionalmente na direção traçada); investigar (mantenham-se vigilantes e numa postura de pesquisadores da realidade, beneficiando-se das novas evidências); celebrar (festejem os avanços, os acertos e desacertos do caminho); refletir e socializar (aprendam sempre as lições do processo).

A Lei de diretrizes e Bases da Educação (1996) em seu Art. 12, Inciso V, traz que, os estabelecimentos de ensino terão que prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. Já no Art. 13, notamos que uma das incumbências dos docentes é exatamente “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”. No Art. 24, sobre as regras da educação básica nos níveis fundamental e médio, no Inciso V, alínea “e”, temos a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”.

Entendemos que na própria Lei de diretrizes e Bases da Educação temos de forma clara a importância do tema ligado a recuperação da aprendizagem dos nossos alunos.

No Parecer CNE/CEB nº 5/97 percebemos que a recuperação paralela é citada como parte importantíssima do processo de ensino e aprendizagem. Segundo este parecer (1997):

Os estudos de recuperação continuam obrigatórios e a escola deverá deslocar a preferência dos mesmos para o decurso do ano letivo. Antes, eram obrigatórios entre os anos ou períodos letivos regulares. Est a mudança aperfeiçoa o processo pedagógico, uma vez que estimula as correções de curso, enquanto o ano letivo se desenvolve, do que pode resultar apreciável melhoria na progressão dos alunos com dificuldades que se projetam nos passos seguintes. Há conteúdos nos quais certos conhecimentos se revelam muito importantes para a aquisição de outros com eles relacionados. A busca da recuperação paralela se constitui em instrumento muito útil nesse processo (artigo 24, inciso V, alínea "e"). Aos alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação, ainda permanecem com dificuldades, a escola poderá voltar a oferecê-los depois de concluído o ano ou o período letivo regular, por atores e instrumentos previstos na proposta pedagógica e no regimento escolar.

Outro ponto importante a respeito da recuperação paralela é a questão da reavaliação. Portanto, a partir do momento que se está trabalhando com a recuperação paralela da aprendizagem, é necessário também que o aluno possa ser reavaliado, para que se observe se o discente conseguiu atingir a recuperação pretendida. Segundo o Parecer CNE/CEB nº 12/97:

[...] o simples oferecimento de tais estudos, paralelamente ao período letivo regular, não significará o correto cumprimento da norma legal referida. É indispensável que os envolvidos sejam alvos de reavaliação, também paralela, a ser prevista nessas normas regimentais. Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. (1997)

Notamos que, assim como na Lei de diretrizes e Bases da Educação, na Organização didática do Instituto Federal de São Paulo também aparece em seu Art. 19 como incumbência do docente: “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (IFSP, 2013, p.10). Sendo assim, o texto apresenta a importância do professor nas intervenções necessárias em relação a recuperação dos discentes que carecerem destes meios para dar continuidade a aprendizagem.

A própria Organização didática do Instituto Federal de São Paulo tem um capítulo dedicado a recuperação contínua e paralela:

Art. 35. Os campi do IFSP, mediante identificação das dificuldades de aprendizagem, constatadas através dos registros individuais de avaliação permanente e cumulativa, deverão oferecer recuperação contínua e paralela, na conformidade da Lei Federal nº. 9.394/96, artigos 13, inciso IV e 24 inciso V, alínea “a”, consoante o previsto em Resolução editada pelo Conselho Superior, no PPC e nas diretrizes desta Organização Didática: I. a Recuperação Contínua será realizada no decorrer de todo o período letivo com base nos resultados obtidos pelos estudantes na avaliação contínua e discutidos nos horários coletivos com o Serviço Sociopedagógico de cada campus; II.a Recuperação Paralela será oferecida sempre que o estudante não apresentar os progressos previstos em relação aos objetivos e metas definidos para cada componente curricular. O estudante poderá ser convocado para aulas de recuperação paralela em horário diverso da classe regular, julgada a sua conveniência em cada caso pelo docente responsável, após análise com o Coordenador de Curso/Área e com o deferimento da Gerência Acadêmica. (IFSP, 2013, p.15)

Notamos que no âmbito do Instituto Federal de São Paulo a recuperação paralela e contínua está prevista na Organização didática, a cargo dos docentes, equipe Sociopedagógica, coordenador de curso/área e gerência acadêmica de maneira coletiva e articulada.

Segundo a NOTA TÉCNICA Nº 001/2014 do Instituto Federal de São Paulo a recuperação paralela é assegurada aos alunos que dela necessitarem. Através da recuperação paralela o docente precisa trabalhar com vistas ao resgate ou ao desenvolvimento de competências e habilidades até que o aluno não precise mais.

De acordo com NOTA TÉCNICA Nº 001/2014, a operacionalização da recuperação paralela deve conter plano de trabalho, revisão dos resultados e registro no diário classe como segue abaixo.

a) Do Plano de Trabalho: elaborado pelo docente responsável pelo componente curricular ou pelo grupo de docentes de uma determinada turma/curso, julgada a conveniência e a peculiaridade de cada caso. Devem ser estabelecidos, neste Plano de Trabalho, os objetivos, as atividades propostas e os procedimentos avaliativos, constantes no Modelo I, que deverá ser apensado ao diário de classe para registro que comprove o oferecimento da recuperação paralela nos termos do art. 35 da Resolução nº 859/2013 (Organização didática).

b) Revisão dos resultados: o docente responsável, após verificar o êxito do aluno no processo de recuperação paralela, poderá fazer a revisão dos resultados

anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao processo de ensino e aprendizagem.

c) Registro no Diário de Classe: no campo "observações", recomenda-se a seguinte indicação: "nos termos do art. 35 da Resolução nº 859/2013, o(s) aluno(s) xxxxxxxx submeteram-se à recuperação paralela nos dias xxxx, visando alcançar os objetivos propostos para o componente curricular."

Os cursos do Câmpus Avançado Tupã, estão alinhados com o que se estabelece tanto na Lei de diretrizes e Bases da Educação como também na Organização didática do Instituto Federal de São Paulo.

O Câmpus Avançado Tupã na figura da direção, corpo técnico-administrativo e corpo docente acredita que seja de extrema importância acompanhar nossos alunos durante todo o trajeto escolar. Sendo assim, acreditamos ser necessário e imprescindível a recuperação contínua e paralela para o desenvolvimento das competências e habilidades dos discentes.

3.5.4 Os Projetos Integradores

O projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso, como também, oferecer vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais, permitindo que o aluno tenha a nítida percepção do curso como um todo, da relação existente entre as disciplinas para resolução de um problema, e não apenas de um apanhado de disciplinas isoladas, que não se interagem. Também deve promover a percepção de continuidade e de sequenciamento das disciplinas reforçando o fato de que competências adquiridas anteriormente são necessárias para a resolução de novos problemas, permitindo a visão da progressão do curso.

Essa percepção objetiva minimizar a evasão, pois, justifica a importância das disciplinas do curso e garante uma formação sólida e realista, apoiada numa evolução linear.

O Projeto Integrador pode ser desenvolvido em equipe ou individualmente, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Características como duração, momento de ocorrência no curso, metodologia e critérios de avaliação e acompanhamento também devem ser definidas no PPC.

O Projeto Integrador deve ser planejado com a participação de todos os docentes do curso de forma que contemple o maior número de bases tecnológicas possíveis e apresente situações similares as que podem ser experimentadas no mundo do trabalho. Assim, os professores das disciplinas do curso devem se reunir periodicamente para tratar da evolução dos projetos integradores, atuando como orientador e dessa forma conhecer e avaliar melhor os atributos de seus alunos.

No desenvolvimento dos projetos integradores deve enfatizar o aprendizado autodirigido em que o professor avalia, orienta, corrige rumos, traça novos objetivos e facilita a discussão dos alunos.

De acordo com a Organização Didática, Resolução nº 859 de 07 de maio de 2013 os currículos oferecidos no IFSP deverão prever o Projeto Integrador que “compreende os espaços de ensino e aprendizagem que articulem a interdisciplinaridade do currículo com as ações de pesquisa e extensão de forma a permitir a construção do conhecimento, culminando em uma produção acadêmica e técnico-científica”.

O princípio de que a Educação Profissional tem como referência o mundo do trabalho, subsidiará docentes e alunos para a elaboração de projetos que permitam compreender o trabalho como princípio educativo e não redução a mão de obra.

De acordo com os “Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica” (IFSP, 2015), apresentado pela Diretoria de Educação Básica do IFSP, em maio de 2015, nos cursos técnicos integrados e concomitantes/ subsequentes, o projeto integrador será o processo pelo qual o aluno, por meio de uma produção acadêmica e técnico-científica, integrará os conhecimentos trabalhados durante o seu percurso formativo de forma que se possa, ao final, demonstrar o resultado da experiência ensino-aprendizagem e o domínio de competências para o exercício de sua profissão. Dessa forma, o aluno deverá atuar no desenvolvimento de uma produção acadêmica e técnico-científica previamente descrita no Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

3.5.5 O Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos. Essa formação só pode ser atingida por meio de uma prática que viabilize um real contato entre estagiário e instituições educacionais e empresariais. É no seu local de estágio que o aluno poderá entender a significação da escola e o laço que ela possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Técnico, Tecnológico ou Superior à sala de aula da Educação Básica, Ensino Médio ou Empresas. O Estágio Supervisionado é o momento de aprendizagem, no qual o acadêmico exerce in loco atividades específicas da sua área profissional sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

O estágio supervisionado deve constar do Projeto Pedagógico do Curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, podendo ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

3.5.6 O Trabalho de Conclusão de Curso

A tese de conclusão de curso (TCC), eventualmente chamado trabalho de conclusão de curso, projeto de formatura, projeto experimental ou monografia de curso, é um tipo de trabalho acadêmico amplamente utilizado no ensino técnico e superior, como forma de efetuar uma avaliação final dos estudantes, que contemple a diversidade dos aspectos de sua formação educacional.

O TCC tem por objetivo principal dar ao aluno formando a oportunidade de utilizar as suas competências e habilidades adquiridas e desenvolvidas ao longo de todo o curso, aplicando as mesmas na elaboração e execução de um trabalho na área relacionada ao curso estudado.

São objetivos do TCC:

- ✓ Despertar o interesse pela pesquisa;
- ✓ Promover a inovação para a resolução de problemas;
- ✓ Desenvolver a capacidade de planejamento;

- ✓ Incentivar o empreendedorismo, possibilitando o desenvolvimento de produtos ou serviços;
- ✓ Promover a interdisciplinaridade e a integração de áreas tecnológicas;
- ✓ Desenvolver a capacidade crítica e de reflexão;
- ✓ Estimular a formação continuada;
- ✓ Aprofundar o conhecimento no tema escolhido;
- ✓ Incentivar a consulta de bibliografia especializada;
- ✓ Aprimorar a capacidade de interpretação e crítica na área estudada.

O TCC deve ter apresentação documental e/ou oral. Se somente documental, deverá ser avaliado por banca examinadora. Se documental e oral, a apresentação deverá ser pública diante de banca examinadora. O mesmo deverá ser desenvolvido mediante orientação e avaliação docente. Sua obrigatoriedade ou não deve ser prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A banca examinadora formada para tal propósito não cria nenhuma expectativa de originalidade. Portanto, pode ser uma compilação (e não cópia) de outros ensaios com uma finalidade, algo que forneça um roteiro, uma continuidade.

As regras de desenvolvimento e avaliação do TCC devem ser descritas em regulamento próprio, elaborado, mantido e avaliado por comissão competente. Tal regulamento deve descrever os objetivos gerais e específicos, assim como as características, a formatação, as metodologias e os critérios de avaliação, bem como o cronograma a ser seguido, formas de documentação e apresentação, além das atribuições das partes envolvidas (coordenação, professor orientador, aluno orientado e membros da banca examinadora).

O TCC deverá ter carga horária para seu desenvolvimento, devidamente estipulada na estrutura curricular do PPC, juntamente com a indicação da condição “obrigatório” ou “optativo”. Esta carga horária será independente, ou seja, não comporá a carga horária mínima estabelecida no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e nem estará vinculada a algum componente curricular disciplinar.

3.5.7 As Atividades Complementares

São atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. As Atividades Complementares são um componente obrigatório dos cursos de Licenciatura e Tecnológico fazendo-se necessária à sua realização para a obtenção do diploma. Até a publicação deste documento o Câmpus não realiza atividades complementares, por não possuir os citados cursos.

3.5.8 Perfil esperado do docente

O professor deve integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos com o conhecimento da sua profissão, de suas práticas, de suas técnicas e valores do trabalho, conectando os conteúdos curriculares ao mundo natural e social.

O docente, além de dominar os conhecimentos pedagógicos que permitam a definição, a avaliação, o redirecionamento do processo educacional e instrumental de sua área, precisa saber trabalhar com as diversidades regionais, políticas e culturais existentes, visando à superação das desigualdades sociais e econômicas.

3.5.9 Perfil esperado do discente

3.5.9.1 Perfil do discente ingressante

Espera-se que o público ingressante seja de estudantes em busca da formação profissional em cursos técnicos e que tenham experiências de vida e diversidade cultural, social, educacional e profissional.

3.5.9.2 Perfil do discente egresso

Espera-se que o estudante egresso, ao concluir seu curso, tenha obtido uma formação que lhe proporcione o desenvolvimento de diferentes habilidades e competências, tais como:

- Respeitar e valorizar a diversidade humana tendo em vista a valorização das diferenças, a solidariedade e o exercício da cidadania;
- Compreender a complexidade humana, a partir das diferentes áreas de saber, vivências e experiências pessoais e sociais;
- Ler textos, apropriando-se das suas informações explícitas e também sendo capaz de fazer inferências;
- Saber usar adequadamente diferentes linguagens em suas mais variadas manifestações em diferentes situações e em diferentes níveis de formalidade;
- Saber redigir textos, em língua portuguesa, com coesão e coerência, criatividade, e adequação à situação de comunicação e aos padrões da gramática normativa;
- Desenvolver atitude de pesquisa como componente indissociável do seu fazer acadêmico;
- Trabalhar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares;
- Compreender, e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias e os impactos na vida social;
- Desenvolver atitudes propositivas que levem em conta a análise da realidade, a busca de intervenções que possibilitem a sua melhoria, a concretização de ações e avaliação, num movimento dinâmico e constante.

3.6 Concepção de Pesquisa e Inovação

A criação dos Institutos Federais, pela lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 7º, inciso VIII, prevê, no que se refere às atividades de pesquisa no âmbito do IFSP, “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”.

Entende-se, como Lakatos (2003, p.115), a pesquisa como uma “como uma atividade de pensamento reflexivo”, que se configura num “conjunto de procedimentos

sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”. (ANDRADE, 1995, p.95)

Nesta direção, a participação de nossos professores, alunos e técnicos administrativos em projetos de pesquisa, seja um bom caminho para a inserção no mundo acadêmico científico, favorecendo a construção de conhecimento, a produção e disseminação de novos saberes e soluções para problemas diagnosticados em suas respectivas áreas de estudo, em seu entorno ou até mesmo na sociedade.

Pesquisa e desenvolvimento experimental compreendem o trabalho criativo, realizado em bases sistemáticas, com a finalidade de ampliar o estoque de conhecimento, inclusive o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, assim como o uso desse estoque de conhecimento na busca de novas aplicações. Compreende três atividades: pesquisa básica – trabalho experimental ou teórico realizado primordialmente para adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fatos ou fenômenos observáveis, sem o propósito de qualquer aplicação ou utilização; pesquisa aplicada – investigação original, realizada com a finalidade de obter novos conhecimentos, mas dirigida, primordialmente, a um objetivo prático; desenvolvimento experimental – trabalho sistemático, apoiado no conhecimento existente, adquirido por pesquisas ou pela experiência prática, dirigido para a produção de novos materiais, produtos ou equipamentos, para a instalação de novos processos, sistemas ou serviços, ou para melhorar substancialmente aqueles já produzidos ou instalados (OCDE, Manual de Oslo,2004).

Inovação tecnológica seja de produtos ou processos compreende a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes. Considera-se que uma inovação tecnológica de produto ou processo tenha sido implementada se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo). As inovações tecnológicas de produto ou processo envolvem uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais (DODGSON; GANN, 2014). De acordo com a proposta da Lei de Inovação encaminhada em novembro de 2002 ao Congresso Nacional para aprovação, define-se inovação tecnológica como a "introdução de novidade no ambiente produtivo, seja ela produto

ou processo, que traga melhoria significativa ou crie algo novo" (SHIMA; COSTA, 2005, p. 79).

3.6.1 Princípios Orientadores da Pesquisa e Inovação

Os princípios visam orientar a formulação e manutenção de uma lista de setores prioritários a serem incentivados pelo Estado. As prioridades estratégicas devem ser formuladas de acordo com os seguintes balizadores:

- 1). Orientar-se para a solução dos grandes problemas estratégicos do País e do Estado, alinhando-se com as políticas de desenvolvimento nacionais e estaduais.
- 2). Aproveitar as competências existentes e vocações regionais do Estado nos setores científico, tecnológico e econômico (indústria, serviços e agropecuária).
- 3). Limitar-se a um número máximo de setores estratégicos para evitar pulverização de recursos, a ser definido pela coordenadoria de pesquisa.
- 4). Apresentação de relatórios parciais e definitivos para a coordenação de pesquisa, com intuito de acompanhar os projetos envolvidos com Ciência, Tecnologia e Inovação.

3.6.2 A Pesquisa e Inovação como Princípio Pedagógico

A pesquisa e inovação como princípio educativo deve propor a interação entre professores, estudantes e técnicos administrativos, em especial os responsáveis pelos laboratórios no cotidiano das ações pedagógicas. Essa interação deve promover uma maior proximidade entre os sujeitos na ação pedagógica, que através das ações de realização de pesquisas dentro e fora do campus Avançado Tupã, venha proporcionar a aquisição de ferramentas para que os alunos obtenham na sua prática diária, conhecimento empírico e teórico dos temas e conteúdos que estão sendo investigados.

Através da pesquisa como ferramenta de ações pedagógicas se propõe a maior interação entre os alunos com os professores no uso dos laboratórios não apenas como ferramenta fim de obtenção do conhecimento do uso de determinada máquina, mas a utilização racional da tecnologia e do conhecimento por parte dos alunos, pois a pesquisa propõe a formação de sujeitos

interrogadores investigativos, pesquisadores que buscam propor soluções para questões do dia a dia, e no ambiente educacional, a pesquisa é imprescindível para o alcance do êxito pedagógico.

Chizzotti (2006, p. 12) afirma que “o pesquisador aprende, como ensina Descartes, no seu discurso do método, o peso da resolução de me estudar também a mim mesmo e de aplicar todas as forças do meu espírito em escolher os caminhos que deveria seguir”. Diante dessa assertiva, podemos compartilhar da opinião tanto de Chizzotti quanto de Descartes sobre a importância da pesquisa como método do aluno conhecer também a si próprio nessa caminhada de descoberta no processo educativo, e o uso da pesquisa como prática pedagógica é importante instrumento para inserir os alunos nas ações de pesquisa no ambiente escolar e fora dele.

Devemos buscar o despertar no aluno do sentido de questionar, pesquisar, investigar e olhar o mundo que o cerca de olhos de curiosidade e não de passividade. Chizzotti (2006) nos apresenta a pesquisa científica como um esforço sistemático para explicar ou compreender os dados encontrados, e a utilização da pesquisa como princípio educativo deve proporcionar esse esforço sistemático para explicar e/ou compreender os fenômenos, os acontecimentos e as situações vivenciadas pelos alunos dentro e fora do ambiente escolar.

3.6.3 Tecnologia, Inovação e Criatividade

A ciência é o conjunto de conhecimentos organizados sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos através do estudo objetivo dos fenômenos empíricos (LAKATOS, 2003), enquanto a tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção ou melhoria de bens ou serviços (VOLPATO, 2004). A inovação compreende o envolvimento de processos científicos, tecnológicos, organizacionais, financeiros e comerciais, inclusive o investimento em novos conhecimentos, que, efetiva ou potencialmente, levem à introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos ou substancialmente melhorados (DODGSON; GANN, 2014). Para a ocorrer a inovação é necessário que exista criatividade para que se possa pensar coisas novas e soluções originais onde possam ser utilizadas a ciência e tecnologia (DODGSON; GANN, 2014).

Note-se que os domínios da Ciência, da Tecnologia e da Inovação relacionam-se de forma recíproca, interativa, afinal, o avanço da Ciência conta também com os diversos instrumentos e aparelhos resultantes da Tecnologia (por exemplo, os microscópios), sem os quais seriam impossíveis muitas pesquisas. Ao mesmo tempo, os resultados da Ciência promovem o aperfeiçoamento da Tecnologia e o seu progresso, por meio do processo de Inovação (OCDE, Manual de Oslo, 2004; DODGSON; GANN, 2014).

3.7 Extensão

A Extensão, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Esse conceito de extensão também se aplica aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nas discussões para se articular a extensão com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos locais e os segmentos sociais. Assim, a extensão assume um novo lugar no ensino profissional, técnico e tecnológico.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores previstos no Decreto nº 53.154, de 23 de julho de 2004, ou simplesmente, cursos de extensão, são um conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejado para atender demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertado em todos os níveis de escolaridade.

3.7.1 Concepção de Extensão

A concepção de Extensão pensando a partir dos documentos oficiais pode ser definida da seguinte forma: ser o elo entre a Instituição e a comunidade, contribuindo com o desenvolvimento humano, social, cultural, tecnológico e econômico das regiões de influência de cada campus. Assim a extensão alarga os muros da instituição,

possibilitando a interação com a comunidade a partir de suas demandas e dinâmicas próprias. Através da Extensão os laços entre instituição e sociedade se estreitam a partir das parcerias entre os vários agentes locais.

3.7.2 Princípios Orientadores da Extensão

A Lei 11.892/2008, em seu artigo 7º, inciso IV, diz que: “Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam a comunidade interna e externa.

3.7.3 A Extensão e a Interação com a Sociedade.

As ações de extensão são uma via de mão dupla por meio da qual a sociedade é beneficiada através da aplicação dos conhecimentos dos docentes, discentes e técnicos-administrativos e a comunidade acadêmica se retroalimenta, adquirindo novos conhecimentos para a constante avaliação e revigoração do ensino e da pesquisa.

Deve-se considerar, portanto, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento regional sustentável como tarefas centrais a serem cumpridas, atentando para a diversidade cultural e defesa do meio ambiente, promovendo a interação do saber acadêmico e o popular.

4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Sendo uma instituição de ensino, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP contribui com a educação de nosso país, de acordo com a sua especialidade: educação básica profissional e educação superior. *Portanto*, caracteriza-se pela “oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”, nos termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais.

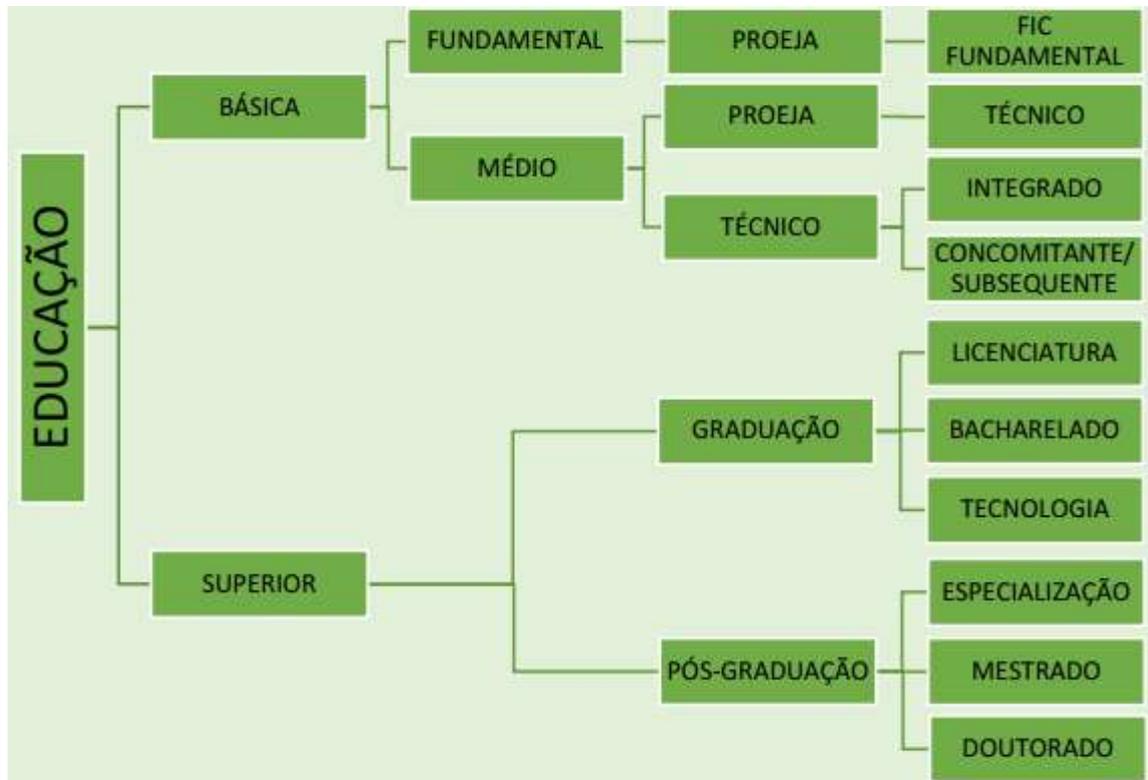
A concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos também do desenvolvimento da capacidade de investigação científica com dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício do trabalho que se traduzem nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por sua vez, tendo em vista que é essencial à educação profissional e tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais.

Em busca de uma formação humana e cidadã que precede a qualificação para o exercício da empregabilidade e pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo articula a educação básica, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

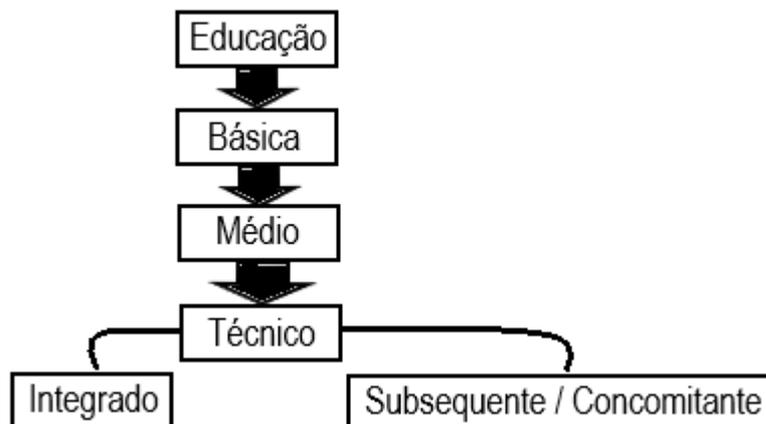
A estrutura dos cursos presentes nos campi do IFSP, como um todo, pode ser visualizada na Figura 3, onde estão relacionados todos os níveis e tipos de cursos de educação formal e profissional.

Figura 3 - Estrutura da oferta de cursos pelo IFSP



Seguindo a estrutura do diagrama da Figura 3, temos, a seguir, a oferta atual decursos do campus Tupã.

Figura 4 - Estrutura dos cursos ofertados pelo campus Tupã.



4.1 Característica dos cursos ofertados pelo IFSP

4.1.1 Técnicos de Nível Médio

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Comisso, a formação profissional visa incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da prática humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa.

Por isso, não se trata de priorizar a “parte técnica/profissionalizante” em detrimento da formação geral, mas de possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada.

Apresenta, como objetivo, a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim poderá contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados. Também podem ser organizados de modo concomitante/subsequente ao ensino médio, dentro de áreas de atuação definidas a partir da realidade local do campus, conforme as demandas sociais, acompanhando o percentual de vagas estabelecido em lei para os IF.

Legitimando o compromisso com segmentos apartados do ensino formal, implantou-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, abrangendo cursos e programas de educação profissional com vistas à formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio. Os cursos do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos e poderão ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante, tendo como objetivo a elevação do nível de

escolaridade do trabalhador.

Os cursos poderão ser oferecidos nos formatos presencial e/ou a distância (EAD), conforme seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC).

4.1.1.1 Técnico Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental, garantindo tanto a formação do Ensino Médio quanto a formação Técnica e Profissional.

O PPC (Projeto Pedagógico do Curso), que é o seu documento norteador, estabelece a duração de três anos para o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, e a forma de ingresso é por meio de processo seletivo. Considera-se “integrado” quando o aluno está matriculado simultaneamente no ensino médio e técnico, com uma única matrícula, no *campus*.

4.1.1.2 Técnico Concomitante / Subsequente ao Ensino Médio

O curso técnico de nível médio concomitante / subsequente é oferecido a quem já concluiu o ensino médio ou esteja cursando, no mínimo, o segundo ano do ensino médio.

É considerado “subsequente” ao ensino médio, quando o aluno já concluiu o ensino médio e apresenta apenas uma matrícula (no técnico). Considera-se “concomitante” quando o aluno está cursando, simultaneamente, o ensino médio e o curso técnico, com duas matrículas específicas: uma no Ensino Médio e outra no Técnico.

A duração prevista é de três ou quatro semestres conforme carga horária (1200 horas) informada no Catálogo Nacional de Curso Técnicos (CNCT) e a forma de ingresso é por meio de processo seletivo.

No segundo semestre de 2017, início o primeiro curso Técnico em Eletrônica concomitante/subsequente, com a oferta de 40 vagas no período noturno, com a entrada de novas turmas a cada (12) doze meses.

4.1.1.3 Proeja (Médio)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), destina-se a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, sendo que a idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos, e o ingresso por meio de Processo Seletivo Simplificado.

4.1.2 Graduação

A oferta de cursos na modalidade Licenciatura visa a atender as demandas da sociedade brasileira pela formação de professores de Educação Básica em instituições públicas. Tem-se como objetivo não só a oferta dos cursos de Licenciatura, mas também a qualidade dessa formação de professores como um compromisso político e social. Destaca-se, também, nos cursos de Licenciatura, a importância do uso da pedagogia de projetos e da integração entre teoria e prática, em um movimento de práxis em que a avaliação permanente seja o requisito para a excelência. Nesse sentido, é necessário articular os cursos de Licenciaturas de forma que em sua organização acadêmica tanto os conteúdos disciplinares quanto a formação específica para o exercício da docência na educação básica sejam valorizados.

Em relação os cursos superiores de Tecnologia têm como objetivo garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização e/ou desenvolvimento de tecnologias. A Resolução CNE/CP nº 03, de 18/12/2002, orienta que a organização curricular dos cursos superiores de tecnologia deve contemplar o desenvolvimento de competências profissionais, em consonância com o perfil profissional do concluinte do curso, o qual define sua identidade e caracteriza o compromisso ético da instituição com seus alunos e a sociedade. Ainda de acordo com essa resolução, para que tal objetivo seja alcançado, a organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Os cursos de Bacharelado se relacionam com a formação profissional e foram historicamente organizados segundo o avanço da ciência e sua implicação ao desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia. A forma de ingresso nos cursos superiores do IFSP ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC). Dada a sua condição de Campus Avançado, o Câmpus Tupã não oferece cursos de graduação, até a publicação deste documento.

4.2 Perfil dos cursos ofertados pelo Campus Avançado Tupã

O Campus Avançado Tupã apresenta as seguintes características e perfis de formação profissional para seus alunos, nos respectivos cursos ofertados.

4.2.1 Técnico Integrado

Os cursos desta modalidade são ofertados pelo Campus Avançado Tupã a quem já concluiu o Ensino Fundamental. Estes cursos garantem tanto a formação do Ensino Médio quanto a Técnica Profissional estudada. Os mesmos são ministrados na modalidade presencial e com duração de três anos.

No primeiro semestre de 2017, tiveram início os cursos Técnico em Eletrônica Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio, ambos oferecendo 40 vagas no período matutino e vespertino (integral).

I. TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Segundo o catálogo nacional de cursos técnicos, o técnico em eletrônica é o profissional que desenvolve projetos eletrônicos com microcontroladores e microprocessadores. Executa e supervisiona a instalação e a manutenção de equipamentos, sistemas eletrônicos inclusive de transmissão e recepção de sinais. Realiza medições, testes e calibrações de equipamentos eletrônicos. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão.

II. TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Segundo o catálogo nacional de cursos técnicos, o técnico em eletrotécnica é o profissional que projeta, instala, opera e mantém elementos do sistema elétrico de

potência. Elabora e desenvolve projetos de instalações elétricas industriais, prediais e residenciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações. Planeja e executa instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Projeta e instala sistemas de acionamentos elétricos e sistemas de automação industrial. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão.

4.2.2 Técnico Concomitante / Subsequente

O curso oferecido no Campus Avançado Tupã, Técnico em Eletrônica foi criado para atender, principalmente, a demanda local e regional por profissionais que possam desenvolver projetos eletrônicos com microcontroladores e microprocessadores. Executa e supervisiona a instalação e a manutenção de equipamentos, sistemas eletrônicos, inclusive de transmissão e recepção de sinais. Realiza medições, testes e calibrações de equipamentos eletrônicos. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão. Além disso, contribui com a formação de cidadãos éticos, responsáveis social e ambientalmente, capazes de serem agentes no processo de desenvolvimento e transformação da sociedade.

O aluno egresso poderá atuar em empresas que atuam na instalação, manutenção, comercialização e utilização de equipamentos e sistemas eletrônicos. Grupos de pesquisa que desenvolvam projetos na área de sistemas eletrônicos. Laboratórios de controle de qualidade, calibração e manutenção. Empresas de Informática e de produtos eletrônicos. Concessionárias e prestadores de serviços de telecomunicações

A Missão do Curso Técnico em Eletrônica, é “formar profissionais e cidadãos capazes de atuar de forma competente e responsável em sua práxis profissional e no cotidiano social”.

5 POLÍTICAS E AÇÕES

O Campus Avançado Tupã realiza diversas ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas. A seguir estão relacionadas as ações e as respectivas áreas em que são desenvolvidas.

5.1 Coordenadoria Sociopedagógica

No ano de 2014, por meio da Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, foi aprovado o Regulamento da Coordenadoria Sociopedagógica. Essa consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais, e tem por objetivo assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem promover a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e a permanência e conclusão com êxito dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

Desta maneira o trabalho da Coordenadoria do *Campus* Avançado Tupã que conta com a equipe de 1 (um) Pedagogo, 1 (um) Técnico em Assuntos Educacionais e 1 (um) Assistente Social desenvolve ações das quais destacam-se: Programa de Assistência Estudantil, Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, planejamento pedagógico, levantamento dos motivos de evasão e encaminhamentos de soluções juntamente com outros setores, participação nas reuniões de área, orientação educacional à comunidade escolar, organização do Conselho Pedagógico e Deliberativo, organização e participação da reunião de pais, contribuição com a formação continuada dos docentes do *campus* e encaminhamentos à atendimento psicológico em parceria com a faculdade local, pois até a publicação deste documento, o campus não possui psicólogo, assim como, a outros profissionais da saúde que se fizer necessário.

Para que haja melhor eficácia das atividades desenvolvidas pelo sociopedagógico, fazemos um horário de reuniões semanais para planejamento, discussão e avaliação do trabalho.

5.2 Assistência Estudantil

5.2.1 A Política de Assistência Estudantil do IFSP

A Política de Assistência Estudantil consiste na realização de ações que promovam o acesso, a permanência e a construção do processo formativo, contribuindo na perspectiva da equidade, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar.

A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é um dos princípios base da educação brasileira (Constituição Federal, 1988) e considerando os altos índices de evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, faz-se necessário utilizar mecanismos para fortalecer a ação educacional, visando a permanência e o êxito dos estudantes no processo educativo.

Levando-se em conta o público diversificado da rede federal que, segundo dados da Setec/MEC (2014) é, em sua maioria, socioeconomicamente vulnerável e, considerando também a Lei nº12.711 de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, de 50% de alunos que tenham cursado a etapa anterior de formação (ensino fundamental ou médio) nos sistemas públicos de ensino e destes, no mínimo 50% com renda inferior a 1,5 salários mínimos, é sabido que o câmpus recebe um público considerado pelo Decreto nº 7.234/2010 como vulnerável.

Ressalta-se que as condições socioeconômicas dos estudantes não são os fatores determinantes do desempenho escolar, no entanto, são bastante significativas, sobretudo quando consideramos os custos para estar presente na escola em condições de acompanhar as aulas. Dessa forma, além de garantir o acesso da população socioeconomicamente vulnerável, faz-se necessário implementar estratégias administrativas e pedagógicas que contribuam para o enfrentamento da evasão e retenção em todos os níveis e modalidades de ensino.

As ações da Política de Assistência Estudantil do *Campus* Avançado Tupã são ofertadas por meio dos Programas de Auxílio Permanência e Ações Universais, direcionados aos estudantes dos cursos regulares na modalidade técnico concomitante/subsequente e nível médio integrado ao técnico.

O Programa de Auxílio Permanência consiste no repasse de auxílios financeiros aos estudantes considerados, de acordo com o Decreto nº 7.234/2010, em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente com renda per capita de até um salário mínimo em meio vigente.

O Programa de Ações Universais é destinado a todos os discentes e poderá abranger ações de acesso e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas, cultura, esporte e inclusão digital.

As ações viabilizadas por meio da Política de Assistência Estudantil são importantes para promover a participação dos estudantes nas atividades da instituição e as reais condições de permanência, repercutindo nas conjunturas econômica e social e demais variáveis que influenciam na evasão dos estudantes.

Em relação ao Programa de Auxílio Permanência, em 2016 o campus teve seu primeiro processo seletivo no curso concomitante com 40 alunos matriculados, destes 17 alunos receberam auxílio permanência nas modalidades transporte, alimentação e apoio didático pedagógico. Em 2017, com o ingresso das turmas do ensino médio integrado ao técnico, tivemos 42 alunos contemplados com os auxílios. Já em 2018, tivemos 104 alunos beneficiados, entre os auxílios alimentação, transporte, apoio didático pedagógico, creche e saúde.

As Ações Universais voltadas a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas vindo sendo realizadas visando o enriquecimento da formação dos estudantes, com atendimento de 85% dos estudantes matriculados nos cursos regulares.

No que concerne aos impactos da Política de Assistência Estudantil, as ações são importantes para promover a participação dos estudantes nas atividades da instituição, repercutindo nas conjunturas econômica e social e demais variáveis que influenciam na evasão dos estudantes, possibilitando assim superar barreiras que influenciam na permanência como a localização, locomoção, necessidade alimentares e inclusive de saúde que interferem na aprendizagem.

5.2.2 Avaliação das ações do Programa de Assistência Estudantil do Campus Avançado Tupã

A avaliação das ações do Programa de Assistência Estudantil tem sido realizada, de modo geral, pela Pró-Reitoria de Ensino por meio de questionário socioeconômico online, disponibilizado no site institucional. O setor responsável vem estudando novas formas de avaliação de tal política no âmbito do campus para o fim do ano letivo de 2018.

5.3 NAPNE - Ações Inclusivas

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem por propósito promover ações necessárias para o acesso e permanência com êxito, do aluno com necessidades educacionais específicas, contribuir para criar uma cultura de reflexão sobre a prática da inclusão, aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas durante percursos acadêmicos.

Atualmente, no *campus*, não temos nenhum estudante com necessidades educacionais específicas, no entanto, o NAPNE organiza encontros, palestras para que sejam discutidas temáticas referente à Educação Inclusiva com o propósito de fortalecer os valores de aceitação e respeito à diversidade para os técnicos, docentes e discentes. Em março a palestra foi referente ao Transtorno do Deficit de Atenção e Hiperatividade, em maio a temática discutida foi Dislexia. O núcleo participará da Semana da Diversidade e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia que ocorrerão no campus.

5.4 Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), constitui-se em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes.

Tendo início no ano de 2014, a Formação Continuada in loco busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

Neste sentido foi formada a comissão local no campus, equipe de formação continuada composta por técnicos administrativos e docentes que vem promovendo encontros mensais para estudos e discussões com temáticas referentes às necessidades identificadas pela equipe de formação e também pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem.

5.5 Políticas e Ações da Extensão

O IFSP abarca, em sua nova Política de Extensão, o conceito e as diretrizes de Extensão pactuadas no FORPROEX (2012), a saber: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social. Compreendendo a Extensão como um processo educativo, cultural e científico, ela possibilita, às comunidades interna e externa, o diálogo, a produção de novas relações e de trocas de saberes, o repensar das ações institucionais, bem como oportuniza o contato de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Assim, as ações e programas, projetos, cursos e eventos desenvolvidos no âmbito do IFSP visam envolver necessariamente os servidores (docentes e técnico-administrativos), estudantes e pessoas da comunidade externa.

5.5.1 Concepção de Extensão

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao Ensino e à Pesquisa, enseja a relação transformadora entre o IFSP e a sociedade.

5.5.2 Princípios Orientadores da Extensão

Sobre os objetivos dos Institutos Federais, a Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prevê em seu artigo 7º, inciso IV: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Compreende ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvam a comunidade interna e externa.

As ações de Extensão são classificadas em cursos e atividades.

Os cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância; têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade.

Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula. As principais são as seguintes:

- **Acompanhamento de egressos:** conjunto de ações implementadas para acompanhar o itinerário profissional do egresso a fim de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
- **Empreendedorismo e cooperativismo:** apoio à formação empreendedora por meio de programas institucionais.
- **Estágio e emprego:** atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e de operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação)
- **Eventos:** podem ser organizados sob a forma de encontro, seminário, palestra, oficina, congresso, mostra, entre outras. Com temáticas diversas, são voltados à participação e integração das comunidades externa e interna.

- **Projetos sociais:** conjunto de ações, técnicas e metodologias inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade externa e apropriadas por essa. Têm como objetivos apresentar soluções para a inclusão social, as relações étnico-sociais, a geração de oportunidades e a melhoria das condições de vida.
- **Relações internacionais:** ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios, destinados à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.
- **Visitas Técnicas:** atividades educacionais supervisionadas, desenvolvidas em ambientes externos ao IFSP, que visam promover uma maior interação dos estudantes das diferentes áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- **Bolsa de Extensão:** oferece ao estudante, de qualquer modalidade ou nível de ensino, bolsa para participar de projetos ou programas de extensão, cujas temáticas são diversas, inclusive culturais, e que incluem a participação em ações junto à comunidade externa. Tais projetos podem ser fomentados pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio de editais de seleção de projetos e programas, ou pelo próprio *campus*, por meio de editais internos.

5.5.3 Ações de Extensão no Campus Avançado Tupã

O Campus Avançado Tupã, vem oferecendo a toda comunidade diversos cursos de extensão: Algoritmos, Programação Java E Mysql; Assistente Administrativo; Atividades Esportivas; Autocad - Módulo Básico 2d; Desenho Artístico; Espanhol Para Turismo I; Espanhol Para Turismo II, Experimentação no Ensino de Química; Formação de Professores em Ciências Humanas; Informática Básica: Pacote de Escritório; Informática Básica: Windows e Internet; Inglês - Nível Básico I; Inglês Básico - Módulo II; Instalações Elétricas Residenciais; Instalador de Condicionador de Ar tipo Split; Japonês Básico; Japonês Intermediário; Libras I; Libras Intermediário; Preparatório para o Enem e Exames Vestibulares; Teatro: Jogos Dramáticos, Introdução à matemática do ensino médio.

Os cursos oferecidos no Campus visam a participação dos três segmentos do Instituto Federal de São Paulo: Docentes, Técnicos administrativos e discentes, assim como a participação da comunidade.

As ações de Extensão são articuladas, visando a participação de colaboradores externos, assim como a parceria com instituições como: Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Diretoria de Ensino Estadual e escolas estaduais, Secretaria Municipal de educação, Associação Bethel, Academia Tupãense de Letras, Ciências e Artes – ATLECA e UNESP - Campus Tupã.

Temos também no campus, os alunos bolsistas que participam de Projetos de Extensão desenvolvidos em 2017 e 2018 como: Atividades aquáticas, educação, saúde e lazer; Tecnologia social para irrigação de hortas agroecológicas, Badminton e Direito, educação e cidadania.

Em novembro de 2017 os alunos do curso de Teatro, assim como os bolsistas dos projetos apresentaram trabalho no CONEMAC - Congresso de Extensão e Mostra de arte e cultura na 1º Jornada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no município de Cubatão.

5.6 Políticas e Ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

As ações de Pesquisa, voltadas à produção e à divulgação de conhecimentos e saberes científicos e tecnológicos, visam o desenvolvimento por meio da investigação de fatos a fim de prover melhorias da condição da vida coletiva. É, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade de todos os sujeitos envolvidos (alunos de diferentes níveis, servidores e comunidade), promovendo, como consequência, o avanço da social. Neste sentido, o câmpus desenvolve as atividades de pesquisa e inovação vinculadas aos seguintes programas e ações:

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIFSP) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica com bolsa paga com recursos institucionais. O bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. Neste programa, como parte da formação do

aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica (PIVICT) do IFSP, que oferece ao estudante de nível médio ou graduação a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa e/ou inovação em nível de iniciação científica sem ou com bolsa paga com recursos por meio de fundação de apoio ou por órgãos de fomento obtidas diretamente pelos pesquisadores. Da mesma forma, o bolsista é vinculado a um servidor orientador com grau de Mestre ou Doutor, que acompanha suas atividades e analisa seus relatórios. No final, que recebam certificado o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC) e **Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI)** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa de Bolsas Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) do CNPq que, também por meio de cotas institucionais, oferece bolsas a alunos de graduação para desenvolvimento de projetos de iniciação científica e iniciação sob a orientação de servidor com grau de Mestre ou Doutor ao longo de 12 (doze) meses. Como parte da formação do aluno, é requisitado que ele apresente trabalho em um evento científico ou tecnológico reconhecido pela Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação. No final, são certificados o aluno, o orientador e os colaboradores da pesquisa.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT), que concede passagens e diárias a servidores para participação e apresentação de trabalhos, com o nome do IFSP, em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais.

Programa Institucional de Auxílio à Participação Discente em Eventos (PIPDE) do IFSP, que concede auxílio financeiro com recursos institucionais a alunos para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos ou tecnológicos nacionais ou internacionais, incluindo o Workshop de Negócios e Inovação.

Programa Jovens Talentos (PJT) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), que concede bolsas a estudantes de graduação e visa antecipar o ingresso no meio científico, despertar vocação científica, incentivar talentos potenciais, mediante a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para participar, o estudante deve ser aprovado no processo de seleção por meio de uma prova de conhecimentos gerais.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que visa conceder intercâmbio de alunos de graduação em instituições estrangeiras, concedendo bolsas que garantem, além da mobilidade internacional, recuso para despesas com estadia, alimentação e transporte local.

Programa Pró-Equipamentos do IFSP, que provê a criação de infraestrutura mínima para a pesquisa com recurso institucional. Por meio da submissão de projetos pelos pesquisadores dos campi, após a seleção realizada pela PRP, os equipamentos são adquiridos pela própria Pró-Reitoria e o patrimônio é transferido para o câmpus.

Acordos de Cooperação Técnica e Científica, por meio dos quais o IFSP mantém parcerias para realização de capacitação em nível de pós-graduação e para realização de atividade de pesquisa e inovação. Atualmente, são mantidos acordos com o Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares (IPEN/CNEN), localizado no campus da Universidade de São Paulo (USP) na cidade de São Paulo, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na cidade de São José dos Campos, e outro internacional com o Instituto Politécnico do Porto, localizado na cidade do Porto em Portugal, além de outros envolvendo, mais especificamente, os câmpus do IFSP. Informações sobre estes acordos estão disponíveis no sítio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PRP) em <http://prp.ifsp.edu.br>.

Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP (CINTEC), que é um evento anual, cujo objetivo é difundir as produções de pesquisadores e alunos em regime de iniciação científica ou tecnológica por meio de exposição oral, pôsteres e de palestras. A primeira edição foi realizada no câmpus de Guarulhos em 2010. Em números gerais, na 4º edição do CINTEC houveram 220 trabalhos inscritos de 21

diferentes câmpus do IFSP e de outras instituições. Já em 2014, na 5ª edição realizada no *campus* de São João da Boa Vista nos dias 24 e 25 de setembro, foram submetidos 270 trabalhos de 28 câmpus do IFSP mais 20 trabalhos de outras instituições, com crescimento de 32% de uma edição para outra. Para o 6º CINETEC que ocorrerá entre os dias 10, 11 e 12 de novembro de 2015 na cidade de Itapetininga, é previsto que mais de 400 trabalhos sejam submetidos, contando com a participação de mais de 1.000 pessoas.

O Workshop de Negócios e Inovação do IFSP, que ocorre anualmente desde 2010 e tem como objetivo contribuir para difusão da cultura de inovação no Estado de São Paulo, promovendo amplo debate com segmentos da sociedade sobre Inovação e Empreendedorismo.

Ação de incentivo à pesquisa via programas de pós-graduação: através da abertura de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* se pretende incentivar as atividades de pesquisa e publicação no IFSP.

Programa Hotel de Projetos do IFSP, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de projetos empreendedores do IFSP, levando em consideração a viabilidade mercadológica de produtos, processos e serviços. O programa foi aprovado pela Resolução no. 925/2013 e, de forma geral, pode-se dizer que o Hotel de Projetos é uma pré-incubadora, com infraestrutura física (escritório, bibliotecas, laboratórios e oficinas) e de serviços (assessoria e consultoria de pesquisadores) oferecidos pelo IFSP para o desenvolvimento de *Projetos Experimentais de inovação*.

Política de Inovação do IFSP, estabelecida pela resolução 431/2011 apresenta o regulamento das atividades relacionadas a proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia no IFSP. Várias ações capitaneadas pelo NIT são decorrentes do estabelecimento desta política, como pedidos de proteção (registros de programas de computador e patentes) e a exploração econômica dos inventos e conexos.

No Campus Avançado Tupã, como as atividades de pesquisa iniciaram-se efetivamente no ano de 2017, não temos nenhum projeto de pesquisa concluído até o momento. No entanto, existem 2 (dois) projetos de pesquisa sem apoio financeiro coordenados por docentes e quatro projetos de iniciação científica voluntária em andamento.

Projetos de Pesquisa sem Apoio Financeiro:

- Mapeamento e diagnóstico agroecológico do município de Tupã (SP) – Coordenação Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck
- Levantamento etnobotânico de plantas medicinais entre pais e alunos do Instituto Federal – Campus Tupã (SP) – coordenação Prof. Me. Fanley Bertoti da Cunha

**Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica e/ou Tecnológica
(PIVICT)**

Discente	Título do Projeto	Orientador
Maísa Pereira Ragovesi	A estrutura fundiária no espaço agrário do município de Tupã-SP (1995-2017)	Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck
Leticia Cuero Silva	Interações Intermoleculares: o estado da arte da pesquisa em ensino e desenvolvimento de Atividades Práticas Experimentais sobre o tema	Prof. Me. Fábio Luiz Seribeli
Marco Vinícios Sanches	Estudo de uma liga do sistema TiMoNb para uso biomédico	Prof. Dr. José Roberto Severino Martins Junior
Gabriel Eduardo Ceolin Vieira	Levantamento etnobotânico e montagem de um herbário de plantas medicinais no Instituto Federal – Câmpus Avançado Tupã	Prof. Me. Fanley Bertoti da Cunha

5.7 Bolsa Discente

Além das bolsas vinculadas à Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão, que fazem parte do programa de Bolsa Discente, instituído pela Resolução IFSP nº 568, de 5 de abril de 2012, há, também, a Bolsa de Ensino, vinculada à Pró-reitoria de Ensino.

Bolsa de Ensino: Oferece ao estudante a oportunidade de desenvolver atividades educacionais compatíveis com seu grau de conhecimento e aprendizagem,

e de interagir com os professores por meio de ações pedagógicas relacionadas às disciplinas dos cursos, apoiando aos demais estudantes do IFSP.

5.8 PRONATEC

O PRONATEC é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal em outubro de 2011, com o intuito de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, além de encaminhar os estudantes concluintes ao mercado de trabalho, agregando ensino de qualidade para todos.

Em 2015, ano de início das atividades do câmpus o PRONATEC ficou temporariamente suspenso pelo Governo Federal. Sendo relançado em novo formato, no segundo semestre de 2016. No entanto a carga horária que deveria ser oferecida inviabilizou a adesão do IFSP e em 16/09/2016, de acordo com o Memorando Circular no 001/2016/PRONATEC/PRX, a oferta de vagas foi suspensa no âmbito de toda a instituição. Por isso, não foram ofertadas vagas do programa no Câmpus Tupã.

5.9 Órgãos Colegiados

5.9.1 Conselho de Câmpus

O Conselho de Câmpus (Concam) é o órgão máximo da estrutura organizacional do *campus* e tem caráter deliberativo, consultivo e normativo. É um órgão colegiado e tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação do câmpus, no âmbito acadêmico e administrativo, buscando o processo educativo de excelência. É composto pelo Diretor-geral do *campus*, como seu presidente, e por representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e três representantes da comunidade externa.

De acordo com a Resolução TUP.0001.2017, de 4 de agosto de 2017, que aprovou o Regimento do Conselho de Câmpus do IFSP, em seu artigo 30, dispõe que:

Cabe ao CONCAM aprovar, desde que no âmbito de deliberações do câmpus:

- I. Diretrizes e metas de atuação do campus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional;
- II. Calendário acadêmico do campus;

- III. Questões relativas aos relatórios de gestão e propostas de gastos orçamentais;
- IV. Todas as normas e regulamentos internos;
- V. Projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações;
- VI. Projeto Político-pedagógico;
- VII. Plano de Desenvolvimento Institucional;
- VIII. Questões submetidas a sua apreciação pelo presidente ou por qualquer de seus membros.

5.9.2 Colegiados de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, docentes, discentes e técnico-administrativo, tem entre suas competências conduzir e aprovar os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, fornece pareceres específicos, avaliar as propostas de projetos e convênios, etc. Dada sua condição de Campus Avançado, o Campus Tupã não possui colegiados de curso até a publicação deste documento.

5.9.3 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação é constituído por um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. Dada sua condição de Campus Avançado, o Campus Tupã não possui graduação até a publicação deste documento.

5.9.4 Conselho de Classe

Os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso/Área e do Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica.

Conselho de Classe consultivo: também denominado Conselho de Classe Pedagógico, é presidido pelo Pedagogo da Coordenadoria Sociopedagógica ou, em sua ausência, pelo Coordenador de Curso. Ocorre de acordo com as necessidades apontadas pelo Coordenador do Curso ou pela Coordenadoria Sociopedagógica de cada câmpus, com periodicidade bimestral, é dividido em três partes: na primeira, os docentes fazem uma análise da turma identificando progressos, detectando dificuldades da turma no processo de aprendizagem; na segunda, a Coordenadoria Sociopedagógica apresentará dados de evasão e outros que auxiliem a compreensão do panorama traçado na primeira parte e também proporá alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas; na terceira, os membros, se necessário, farão as considerações finais e possíveis encaminhamentos.

Conselho de Classe Deliberativo: são realizados ao final do período letivo e divididos em três partes: na primeira, o representante da Coordenadoria Sociopedagógica faz uma análise da ficha individual de avaliação do estudante na série/módulo; na segunda, o Conselho de Classe elabora o parecer sobre a situação final do estudante na série/módulo; na terceira, após a conclusão do Conselho de Classe, a Coordenadoria Sociopedagógica encaminha lista à Coordenadoria de Registros Escolares, contendo a relação nominal dos estudantes submetidos ao conselho, devidamente assinada pelos professores e Coordenador de Curso/Área.

5.10 Comissão Própria de Avaliação - CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, foi instituída no IFSP em consonância com o artigo 11, da Lei número 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Ela é composta por representantes externos e internos ao IFSP e tem como função coordenar a Avaliação Institucional Interna do IFSP. Dada sua condição de Campus Avançado, o Campus Tupã não possui graduação até a publicação deste documento.

5.11 Movimento Estudantil

O Movimento Estudantil é canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil.

Pode organizar-se por meio de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

Centros Acadêmicos são entidades civis, independentes de partidos políticos, órgãos públicos ou privados, de caráter estudantil e sem fins lucrativos, que representem os discentes de cada curso dentro da estrutura administrativa de uma instituição. Devem estudar e debater problemas relacionados com as condições de estudo e rendimento acadêmico dos discentes, bem como podem e devem patrocinar o desenvolvimento do espírito universitário, eventos culturais e eventos esportivos.

O **Diretório Central dos Estudantes (DCE)** é a entidade representativa de todos os estudantes do IFSP, com a função de organizar e de expressar as vontades, anseios e as posições políticas dos estudantes. Deve incentivar a participação dos estudantes nos acontecimentos políticos nacionais, internacionais e de interesse institucional. E, em consonância com os Centros Acadêmicos (CAs), devem criar políticas institucionais acadêmicas que promovam a conscientização discente sobre seus direitos e na criação de uma consciência crítica do papel da instituição educacional.

O **grêmio estudantil** do Campus Avançado Tupã tem desenvolvido atividades muito importantes agregando a comunidade escolar. As atividades estão relacionadas à cultura, lazer, educação, cooperativismo e solidariedade.

Dentre as atividades destacam-se: integração dos estudantes ingressantes, organização juntamente com o corpo docente e técnicos administrativos da festa junina, arrecadação e doação de mantimentos para entidades assistenciais da cidade.

5.12 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus Tupã possui o registro número 4364 junto ao Conselho Regional de Biblioteconomia e apresenta a missão de promover o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, de forma atualizada, rápida e com qualidade, apoiando as atividades acadêmicas, contribuindo para a formação profissional e pessoal do usuário, democratizando o acesso à informação para a sociedade, permitindo assim, o crescimento intelectual dos cidadãos.

Nossas instalações estão localizadas no piso térreo, possibilitando a fácil locomoção de pessoas com deficiência em suas dependências. Possui a capacidade para atender toda a comunidade escolar. Seu espaço conta com 3 computadores para consulta ao acervo e acesso à internet e 5 mesas com 14 cadeiras para estudo.

Atende a usuários internos (alunos e servidores) que podem realizar consultas no local ou empréstimo domiciliar e, externos, que terão acesso aos recursos informacionais e equipamentos da biblioteca por meio de consulta no local.

A seleção dos livros da bibliografia básica e bibliografia complementar a serem adquiridos fica a cargo do corpo docente que contribui decisivamente para a formação do acervo nos quesitos qualidade e quantidade, de acordo com os cursos mantidos pelo câmpus. Estas obras foram selecionadas para atenderem às propostas de cada disciplina. O acervo da Biblioteca é, também, complementado com aquisições e doações de obras literárias ou técnicas. Todos os títulos existentes estão devidamente catalogados, identificados e cadastrados e podem ser consultados por meio de um sistema de informação web.

A biblioteca virtual da Pearson também está disponível para uso do público.

A biblioteca possui os jornais locais Folha do Povo e Diário de Tupã. Quanto aos periódicos, o IFSP mantém convênio com a CAPES que oferece acesso, a partir de um portal, a textos completos de artigos selecionados de mais de 15.000 revistas nacionais e internacionais, além de 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento e seis bases de patentes.

A biblioteca é informatizada e utiliza o sistema Pergamum, o que permite que o catálogo da biblioteca esteja disponível também online e que o usuário possa efetuar consultas assim como renovação dos itens emprestados.

Para fins de empréstimo domiciliar, as obras que compõem o acervo são classificadas como circulantes e como não circulantes, assim definidas: I. obras circulantes são aquelas que estão à disposição para a realização de empréstimos domiciliares; II. obras não circulantes são aquelas que têm o seu uso restrito à consulta local e/ou empréstimo especial.

A Biblioteca do câmpus apresenta os seguintes serviços e produtos:

- Orientação quanto ao uso da biblioteca;
- Exposição de itens;
- Consulta local ao acervo;
- Empréstimo domiciliar;
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Elaboração de ficha catalográfica para trabalhos entregues à biblioteca;
- Levantamentos bibliográficos no acervo da biblioteca e em bases de dados online (internet) mediante a utilização de palavras-chave especificadas pelo usuário;
- Acesso à coleção completa de normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) Coleções;
- Orientação quanto à apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos, teses, etc. de acordo com as Normas da ABNT e Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSP (disponível no site institucional).

A evolução do crescimento quantitativo e qualitativo do acervo é a grande preocupação da instituição. O desenvolvimento do acervo atenderá aos critérios estabelecidos pela Política de Desenvolvimento de Coleção do IFSP, aprovada pela Portaria nº 967/2015. Art.

5.13 Capacitações

O *Campus* Tupã, seguindo a proposta de capacitações do IFSP como um todo, tem marcado presença em diversos eventos, cursos, treinamentos, reuniões de discussões, visando ampliar o conhecimento dos servidores do câmpus, e contribuindo para que os servidores se tornem profissionais cada vez mais habilitados ao desempenho de suas funções.

Desta forma, procura-se atender a todos os setores do câmpus, isto é, tanto na esfera pedagógica quanto na administrativa, perfazendo seu caráter institucional como um todo. Em alguns casos, há a representação de servidores que multiplicam as informações pertinentes nas respectivas áreas de atuação e no câmpus, inclusive podendo contar, também, com a presença discente em algumas situações.

Neste tópico, destacaremos a participação dos servidores em eventos e capacitações que resultem em propostas de ações de melhorias ao câmpus e IFSP:

Mês	Evento	Local	Participantes
Verificar	Encontro de Assistentes Sociais	Campinas	1
Março	I Encontro de Artes de Educação Física do IFSP	Jacareí	2
Abril	III Seminário do Mundo do Trabalho: Educação e Empreendedorismo	Jundiaí	2
Abril	Treinamento sobre Projetos de Pesquisa e Inovação com Uso de Fundações	São Paulo	1
Abril	Treinamento Gestão de Pessoas	São Paulo	2
Maió	IV Encontro das Coordenadorias de Registros Acadêmicos	São Paulo	1
Maió	IV Seminário da Diversidade Cultural e Educação	Pirituba - SP	2
Maió	III Encontro dos Bibliotecários e I Encontro dos Auxiliares de Bibliotecas	Araraquara-SP	2
Agosto	3º Fórum de Contabilidade e Finanças Do IFSP	Sorocaba	1

Setembro	Treinamento para descentralização de algumas atividades de Gestão de Pessoas para os câmpus avançados	São Paulo	2
Outubro	IV ENGEPE - Encontro de Gestão de Pessoas	Águas de Lindóia	2
Outubro	Seminário do PDI	São Paulo	3
Novembro	Treinamento AFD	São Paulo	1
Novembro	1ª Jornada do IFSP; Congresso de Educação Profissional e Tecnológica (Conept); Congresso de Extensão e Mostra de Arte e Cultura (Conemac); Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia (Conict)	Cubatão	12
Dezembro	Conferência de Desenvolvimento Institucional do IFSP	Jundiaí	2
Dezembro	Capacitação In Company sobre a IN SEGES/MP nº 05/2017	Boituva	1

5.14 Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)

Entre as atribuições da Coordenadoria de Apoio ao Ensino está a de auxiliar os docentes na organização do horário escolar, desenvolver o trabalho interno de cadastramento de turmas, disciplinas e professores para concretizar o horário de aulas semestrais, publicar horário de aulas e controle dos recursos multimídias, agendamentos de espaço para as atividades didático-pedagógicas, uso de laboratórios, atender o corpo discente, realizar o controle de entrada e saída de alunos

menores, bem como dispensa e autorizações de saída, executar a comunicação e divulgação referente às atividades da Instituição, junto aos alunos e professores, prezar pela disciplina nos espaços de convivência da escola, auxiliando na organização geral e em eventos específicos, sempre atento à manutenção das regras disciplinares estabelecidas

6 DIAGNÓSTICO DE METAS E AÇÕES

Dimensão: ENSINO		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor
Falta sala com todos os espaços necessários para o setor sociopedagógico	Disponibilização de uma sala individual para as atividades da equipe do setor sociopedagógico e uma sala exclusiva para atendimento individualizado	Direção Geral/ Direção Administrativa/ Médio prazo
Falta do Psicólogo que compõe a equipe multiprofissional da coordenadoria do sociopedagógico conforme dispõe o art1º da Resolução nº 138 de 04/11/2014.	Disponibilidade de um profissional - Psicólogo - para a composição do setor sociopedagógico	Direção Geral/ Médio prazo
Dificuldade na execução da recuperação paralela e contínua	Oportunizar novas formas de abordagem, metodologia e prática pedagógica.	Professores, Coordenação de Curso, DAE(hoje representada por dois professores voluntários) Setor Sociopedagógico/ Curto prazo
Problemas com indisciplina no Campus e em sala de aula.	Elaboração de contrato pedagógico entre docentes e discentes e demais envolvidos. Alocação de mais servidores na	Docentes, Diretoria Adjunta Educacional – DAE- a(hoje representada por dois professores voluntários), Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenação de

	Coordenadoria de Apoio e demais setores.	Curso, Setor Sociopedagógica, Direção Geral do <i>Campus</i> / Curto e Médio prazo
Necessidade de melhorar a comunicação entre os servidores, coordenação direção e setores envolvidos	A comunicação deverá ser efetiva e realizada via e-mail institucional, em reuniões de áreas, bem como maior divulgação das ações	Direção Geral e Coordenadoria de Tecnologia da Informação com a colaboração de todos os servidores/ Curto prazo
Considerável índice de evasão no campus no curso concomitante/subsequente	Levantamento dos motivos de desistência dos alunos Planejar ações de acolhimento aos novos alunos	DAE, Setor Sociopedagógico, Coordenação de Curso/ Curto prazo
Falta de recursos	Disponibilizar em parte do orçamento do Campus a previsão de pagamento de bolsas de iniciação científica	Direção Geral, Direção Administrativa, Financeiro/orçamento/ Médio prazo
Falta de Espaço	Disponibilizar salas para grupos de pesquisa e laboratório no Campus	Direção Geral/ Médio prazo
Espaço e sala inadequados para a biblioteca	Mudança para uma sala com mais espaço e melhor infraestrutura para o acolhimento da biblioteca	Direção Geral e Biblioteca/ Longo prazo
Acervo pequeno	Administração dos recursos para garantir a expansão do acervo	Direção Geral e Biblioteca/ Curto, médio e longo prazo
Pouca diversidade e atualidade dos livros de literatura	Administração dos recursos para a compra	Biblioteca/ Curto prazo

	e projetos de doação de livros do gênero	
Falta de segurança no acervo	Aquisição de sistema de torres de segurança	Direção geral e Biblioteca/ Médio prazo.
A falha na hora de inserção das notas no sistema e a falta de cumprimento de prazos atrapalha o andamento dos demais procedimentos posteriores, como entrega de notas aos discentes.	Maior atenção no momento em que são atualizados os diários e cumprimento dos prazos de entrega.	Coordenadores de curso, professores, CRE.
A falta de cumprimento dos processos que deveriam ser seguidos, que envolvem mais de um setor para determinado serviço, faz com que haja falha no procedimento.	Manter-se atualizados sobre os procedimentos que envolvem o setor e o envolvimento de outros setores.	Todos os servidores

Dimensão: PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor
Falta de recursos	Disponibilizar em parte do orçamento do Campus a previsão de pagamento de bolsas de iniciação científica	Direção Geral, Direção Administrativa, Financeiro/orçamento/ Médio prazo
Falta de Espaço	Disponibilizar salas para grupos de pesquisa e laboratório no Campus	Direção Geral/ Médio prazo

Dimensão: EXTENSÃO		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor
Falta de recursos para viabilização de projetos com bolsas para os (as) discentes	Disponibilizar em parte do orçamento do Campus a previsão de pagamento de bolsas de extensão	Direção Geral/ Direção Administrativa, financeira e orçamentária/ Médio prazo
Dificuldades nos procedimentos de inscrição, matrícula e diário de classe dos cursos de extensão	Pretende-se implantar um sistema informatizado de gestão para o lançamento de editais, inscrições, matrículas e diários de classe dos (as) professores (as), para os cursos de extensão e ações de maneira geral	Coordenação de Extensão/Coordenação de Tecnologia e Informação/Coordenação de Registros escolares/ Médio prazo

Dimensão Administrativa		
Diagnóstico	Proposta de ação	Responsável/executor
Falta de treinamento	Ação 1 – Informar a reitoria por meio do preenchimento da planilha de demandas de treinamento CGP-RET Ação 2 – Possibilitar treinamentos em Câmpus próximos cedendo recursos (Ex. carro oficial)	Ação 1 – Guery(anualmente) Ação 2 – Fabiana e Marcos(constantemente) Ação 3 – Guery, Fabiana e Marcos (constantemente) Ação 4 – Alex (constantemente)

	Ação 3 – Intermediar treinamentos entre servidores e reitoria, Ação 4 – treinamentos internos(ex. treinamento de fiscais de contrato)	
Demora na resposta de questionamentos	Ação 1 – Instruir os servidores a documentarem via e-mail ou processo Suap os questionamentos que surgirem.	Ação 1 – Guery e Fabiana (constantemente)
Escassez de recursos	Ação 1 – Realizar um planejamento para aumentar o número de alunos na unidade Ação 2 – Controle do orçamento para maximizar a eficiência dos gastos Ação 3 – Reestruturação de contratos continuados para adequar as normativas e economizar recursos	Ação 1 – Fabiana e Marcos (constantemente) Ação 2 – Alex e Fabiana (constantemente) Ação 3 – Alex e Fabiana (constantemente)
Falta de adequação as legislações de organização no almoxarifado	Ação 1 – Organização do ambiente Ação 2- Atualização de sistemas de controle (ex. Suap)	Ação 1 – Arthur, Patrícia e Alex (efetuado) Ação 2- Patrícia e Alex (constantemente) Ação 3- Alex, Patrícia e Artur (aguardando material- outubro)

	Ação 3- Organização dos itens conforme instrução normativa	
Não distribuição de carga patrimonial	<p>Ação 1 – Refazer inventário catalogando tombo por sala</p> <p>Ação 2- Separar os patrimônios por responsáveis</p> <p>Ação 3- Atualizar responsáveis nos sistemas</p>	<p>Ação 1 – Patrícia, Alex e Arthur (dezembro)</p> <p>Ação 2- Patrícia, Alex e Arthur(dezembro)</p> <p>Ação 3-Patrícia, Alex e Arthur(dezembro)</p>
Falta de servidores	<p>Ação 1 – Busca de apoio para se tornar Câmpus pleno</p> <p>Ação 2 – Solicitação de apoio a reitoria</p> <p>Ação 3 – Solicitação de apoio a prefeitura</p>	<p>Ação 1 – Marcos (constantemente)</p> <p>Ação 2 – Marcos (constantemente)</p> <p>Ação 3 – Marcos (constantemente)</p>
Demora nos processos de compra da unidade	<p>Ação 1 – Conscientizar servidores quanto a importância de auxiliar a gestão na construção do mapa comparativo (orçamentos)</p> <p>Ação 2 – Treinar os servidores que se dispuserem a ajudar quanto aos procedimentos</p> <p>Ação 3 – Buscar auxílio de demais setores</p>	<p>Ação 1 – Marcos e Fabiana(constantemente)</p> <p>Ação 2 – Guery e Fabiana(constantemente)</p> <p>Ação 3 – Marcos e Fabiana(constantemente)</p>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma Instituição Educacional com gestão democrática se faz por meio da construção da cidadania, onde o estudante terá capacidade de tomada de decisão individual e coletiva, articulando-se com a compreensão da sua realidade social. A escola participativa é um elemento essencial de democratização do saber, e em consequência da sociedade, onde devem assumir a missão de articular as relações sociais no contexto educacional os aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos, pois a cidadania é construída no cotidiano escolar na manutenção dos processos, atitudes e vivências democráticas.

A elaboração conjunta do presente Projeto Político Pedagógico possibilitou uma reflexão do cotidiano da escola, onde requer atenção para a união, a dedicação e o compromisso de cada participante para fins de atingir os objetivos da educação. Ao analisarmos o PPP desta instituição percebemos que se inicia com um embasamento teórico extremamente excelente, pois nele encontramos todos os eixos norteadores para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico. Embora ao compararmos com a realidade vivenciada na escola, vimos que há muito que ser repensado neste projeto. Pois ele traz a imagem de uma escola perfeita, não retratando a realidade fiel e as dificuldades vividas pela instituição e comunidade.

Dessa forma, percebemos que a escola que assume um espaço no qual as pessoas podem dialogar, pensar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes, um lugar onde há oportunidade para criar, colaborar, discordar e transformar. A escola autônoma é onde todos os envolvidos podem pensar, refletir e avaliar o processo de construção do conhecimento e que não deve ser tratado de forma dogmática e esvaziado de significado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDER-EGG, E. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1995.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania:** estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Diário Oficial da União, DF, 26 set. 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 3.552 de 16 de fevereiro de 1959.** Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 fev. 1959. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3552-16-fevereiro-1959-354292-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em 20 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.073 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. O Presidente da República. Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126678/decreto-lei-4073-42>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 dez. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-publicacaooriginal-108020-pl.html>>. Acesso em 12 maio 2018.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada Pública MEC/SETEC Nº 001/2007**. Chamada Pública de propostas para apoio ao plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – fase II. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf>. Acesso em: 03 dez.2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14772-educacao-em-direitos-humanos>>. Acesso em 23 abr. 2018.

CAMARGO, R.; VILELLA, J. E. N. Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: cem anos de ensino público federal. **Sinergia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

CARVALHO, M. M. C. Fernando de Azevedo: pioneiro da educação nova. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, n.37, pp. 71-79, São Paulo, 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2006.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (MG). **Parecer CEE/MG nº. 1.132, de 12 de novembro de 1997**. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96. Educação, Belo Horizonte, 1997. Disponível em:< http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7BCF198F45-BDF0-4A23-979FB87673516D0E%7D_PARECER%20113297.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2018.

CURY, C. R. J. Direito à Educação, direito à igualdade, direito à diferença. In: _____. **Os fora de série na escola**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. (Autores Associados)

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DELLORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DODGSON, M.; GANN, D. **Inovação**. São Paulo: L&PM Pocket, 2014.

DOS REIS, E. Reflexões sobre Educação e as mudanças curriculares necessárias. **Sinergia**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 98-104, 2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso: 13 abr. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (FORGRAD). **O currículo como expressão do projeto pedagógico**: um processo flexível. Niterói, 2000.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FSP. Pró-reitoria de Ensino. Diretoria de Educação Básica. **Balizadores para realização de Estágio Curricular Supervisionado, Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso na Educação Básica**. IFSP/PRE/DEB, 2015.

FUSARI, J. C. **O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p044-053_c.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GADOTTI, M. O Trabalho Coletivo como Princípio Pedagógico. **Rev. Lusófona de Educação**, [online], n.24, p. 160-163, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-72502013000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1, 1994. **Anais ...** Brasília: MEC, 1994.

IFSP. **Organização Didática dos cursos ofertados pelo IFSP**. Aprovada pela Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 899, de 2 de julho de 2013 e nº 1050, de 12 de novembro de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 39, de 02 de julho de 2015 e nº 94, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=13746%3Aorganizacao-didatica>>. Acesso em 20 fev. 2018.

IFSP. **Organização Didática dos cursos ofertados pelo IFSP**. Aprovada pela Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 899, de 2 de julho de 2013 e nº 1050, de 12 de novembro de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 39, de 02 de julho de 2015 e nº 94, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=13746%3Aorganizacao-didatica>. Acesso em: 24 nov. 2017.

IFSP. **Organização Didática dos cursos ofertados pelo IFSP**. Aprovada pela Resolução nº 859, de 7 de maio de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 899, de 2 de julho de 2013 e nº 1050, de 12 de novembro de 2013. Alterada pelas Resoluções nº 39, de 02 de julho de 2015 e nº 94, de 29 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=13746%3Aorganizacao-didatica>>. Acesso em: 03 ago.2018.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2009-2013**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/34-pdi.html?download=86%3Apd>>. Acesso: 07 jul. 2017.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2014-2018**. Aprovado pela Resolução IFSP 33, de 15/04/2014. Disponível em: <<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2014-2018**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/417-resolucoes-2014.html?download=10037%3Aresolucao-no-33-de-15-de-abril-de-2014>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiás: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MANFREDI, S. M. **Metodologia do Ensino: diferentes concepções**. (Versão preliminar). 1993. Disponível em: <[https://www.academia.edu/9700768/METODOLOGIA_DO_ENSINO_-diferentes_concep%C3%A7%C3%B5es](https://www.academia.edu/9700768/METODOLOGIA_DO_ENSINO_-_diferentes_concep%C3%A7%C3%B5es)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora UnB, 1981.

OLIVEIRA, D. de A. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, [2007].

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

RODRIGUES, M. A importância do planejamento pedagógico. **PetPedagogia**. Disponível em: < <http://petpedagogia.blogspot.com/2012/11/a-importancia-doplanejamento-pedagogico.html#sthash.ZAndgy6V.dpuf> >. Acesso em: 27 out. 2017.

ROMANELLI, G. **Finalidades dos ensinos de 1° e 2° graus no contexto da ditadura militar (1964 - 1985)**. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_01_08_2014_11_57_28_idinscrito_5085_de7705f5b622cc2aff7fc20cc8c85971.pdf>.

Acesso em: 25 jun. 2018.

SHIMA, W. T.; COSTA, A. J. D. Lei de Inovação Tecnológica. **Boletim de Conjuntura Economia & Tecnologia**, v. 2, n.1, p. 79-84, 2005.

SORDI, M. R.L. Recuperação da nota, do conteúdo, do conhecimento, do aluno, do homem: escolhas que fazem a diferença. **Rev. Ped.** – UNIPINHAL, Espírito Santo do Pinhal, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.

TUPÃ. **IBGE**. [2017?]. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/tupa/panorama>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

VEIGA, I. P. da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____ (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 24.ed. Campinas: Papirus, 2004.

VOLPATO, G. **Ciência: da filosofia à publicação**. 4.ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

WU, X.; et.al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.